

SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de abril de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(55)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Câmara comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 13 e 14/04/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (Lê) “*Requerimento. Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os Deputados*

infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 21.820/2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o nobre deputado Alex da Piatã!

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Senhores deputados, Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, servidores desta Casa, aqueles que estão nos assistindo através do *Canal Assembleia* e aos que estão nas Galerias Paulo Jackson hoje.

Antes de entrar na minha fala, a qual me motiva a usar a tribuna, quero parabenizar e agradecer a vinda hoje na Comissão de Saúde do Dr. Roberto Badaró, subsecretário da Sesab, junto com sua equipe que nos prestigiou – o deputado Herzem Gusmão estava presente também como membro daquela comissão –, nos mostrando as ações do Estado no combate à gripe H1N1.

Parabenizar o governo do Estado da Bahia por antecipar essa campanha nacional que começaria a partir do dia 30, por conta da antecipação também da epidemia, já tendo casos de mortes. No Brasil já se somam 102 mortes, com 20 aqui na Bahia, que foi um dos dois estados, ao lado de São Paulo, que anteciparam e começaram no dia de ontem.

Quero já avisar aos senhores deputados, principalmente aqueles que estão na zona de risco maior, assim como os servidores desta Casa e integrantes da imprensa, que no dia 2 de maio será aplicada a vacina aqui na Assembleia. Dia 2 de maio. Portanto, todos já avisados. Provavelmente será mesmo na unidade de saúde desta Casa.

O outro tema que mais me motiva, Sr. Presidente, a estar aqui – vou tentar resumir nesses 3 minutos – é em relação ao que assistimos no último domingo.

Me chamaram a atenção dois aspectos que a classe política e a gestão pública vão se preocupar muito de hoje em diante. Pelo aspecto técnico, o que vimos ali – imagino fazer o diagnóstico correto – foi que, apesar de toda aquela encenação e teatro de discursar pelo Brasil, mandar manifestações para o pai, filho, neto, bisneto, na verdade estava se julgando um crime de responsabilidade fiscal.

Imaginando que o Congresso julgou que pedalada fiscal é crime, imagine, deputado Reinaldo, o precedente que estamos abrindo em nosso País. Ou seja, qualquer parlamento deste País, em qualquer município, as câmaras de vereadores e assembleias vão poder cassar o Executivo. Vão poder cassar o gestor por pedalada fiscal. Não vai poder ter nenhuma interferência e não importa a intensidade. Imagine que para ser crime não importa se foi com 1 tiro ou 10 ou 20. Então, pedalada se for por 1 centavo é crime; é passível de cassar. Imagine a gravidade do precedente que foi aberto neste domingo. Com certeza, o Judiciário não mais poderá interferir, nenhum tribunal. E em qualquer parlamento poderá haver cassação. É muito triste! É muito preocupante!

Levando por um outro aspecto, que é o político, como muitos ali falavam sobre votar pela vontade popular – vou ser breve e encerrar com a sua tolerância, Sr. Presidente –, hoje, assustei-me em ver uma pesquisa do *Datafolha*, que aponta que dentre aqueles que estavam nas ruas a favor do *impeachment* 90% são contra que o vice-presidente Michel Temer assuma. Ou seja, se por um aspecto técnico abrimos um precedente horrível, no aspecto político é muito pior. É preocupante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K., nobre deputado Alex da Piatã.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Alex Lima pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero cumprimentar os visitantes das Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, funcionários desta Casa, telespectadores que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Na tarde de ontem, subi nesta tribuna para tratar da votação do pedido de impedimento da presidente da República e coloquei as minhas preocupações com as injustiças e com o atentado que, sob minha ótica, foram cometidos contra a nossa Constituição e a nossa democracia.

Sr. Presidente, prezo e acho que, na política, brigam-se as ideias e não os homens. Acho que podemos divergir sobre qualquer tema, mas não podemos fazer o debate de forma a agredir pessoalmente este ou aquele parlamentar que pense diferente. No meu pronunciamento de ontem, percebi que alguns colegas da Oposição se sentiram ofendidos porque citei alguns dos parlamentares que representam a oposição na Câmara de Deputados e que votaram pelo impedimento da presidente da República. Não quero voltar ao assunto em reafirmar as ilegalidades e os abusos cometidos no julgamento que foi essencialmente político. Se tiver a oportunidade, irei fazer o debate divergindo daqueles que defendem que o processo foi dentro das questões constitucionais. Não o foi. Foi um julgamento político, caracterizado única e exclusivamente por um desejo de se retirar a presidente da República, que passa por um momento de total rejeição das ruas. Mas, se esse for o motivo, deputado Zé Raimundo, se a falta de popularidade for motivo para se retirar este ou aquele político do poder, deveríamos fechar o Congresso Nacional, porque aquela Casa tem a reprovação da grande maioria do povo brasileiro.

Mas o que quero deixar registrado, até para esclarecer, é que não me preocupa, em momento algum, o debate, Jurandy Oliveira. Respeito a opinião e as convicções de qualquer parlamentar desta Casa, como assim também peço que respeitem as minhas posições.

Como tenho diversos amigos na Oposição, gostaria apenas de voltar ao tema para dizer que, quando fiz a comparação com os Bolsonaros, com os Marco Felicianos, com os Roberto Jeffersons, me referi àqueles que defendem, inclusive publicamente, a permanência do deputado Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados.

Me refiro àqueles que aplaudem e apoiam os posicionamentos truculentos e preconceituosos do deputado Bolsonaro, àqueles que se associam com o que há de pior na política para tramar e subjugar a nossa democracia. Mas quero registrar, deputado Hildécio Meireles, que, ao falar desses políticos e desse lado da política, estava me referindo àqueles que de fato votaram pelo impedimento da presidente de República. Em momento nenhum, quis me referir a este ou àquele parlamentar da Oposição desta Casa, até porque nós, enquanto deputados estaduais, deputado Zé Raimundo, muito pouco podemos fazer, a não ser manifestar a nossa opinião.

Portanto, Sr. Presidente, era esse o esclarecimento. Mantenho a minha indignação e o meu posicionamento. Mas tenho certeza de que, nesta Casa, muitos amigos – a grande maioria – não se enquadram nesse perfil de golpistas e de pessoas que tramam contra a pátria.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, nobre deputado. Com a palavra, a querida, ilustríssima, ínclita e egrégia deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson, quero tratar de 3 questões. Uma delas é sobre o registro que faço de repúdio à empresa concessionária CLN – que faz o pedágio da BA-099 –, por mais um aumento abusivo. É o pedágio mais caro do mundo, acho. Passou para R\$6,00, durante a semana, e para R\$9,00 nos finais de semana e feriados. Imaginem: quem tiver de ir à Praia do Forte ou Arembépe terá de pagar R\$18,00 na passagem de ida e volta. Não consigo entender essa lógica deles, a não ser como ganância pelo lucro. No final de semana, dobra, triplica o número de carros que circulam naquela estrada. Quero deixar registrado o nosso repúdio e fazer um apelo, ao nosso governador e ao secretário, para que tomem providências a fim de deter um pouco a ganância da CLN.

Quero também registrar, com alegria, a presença, ontem, no meu município, do governador Rui Costa, que esteve lá entregando mais 400 unidades do programa Minha Casa Minha Vida. Foi uma festa muito bonita, apesar da presença do nosso hoje adversário, o prefeito Ademar, que tem feito uma administração desastrosa, não atendendo os professores, que estão em greve – assim como os médicos –, querendo fechar a Cidade do Saber.

Mas a receptividade ao nosso governador foi uma coisa muito importante. Aproveitei para cobrá-lo sobre a nomeação dos aprovados no concurso da Polícia Civil e em outros órgãos da segurança. Ele, na sua fala, disse que estava aguardando apenas um parecer do Tribunal de Contas para dar uma resposta. Não me deu nenhuma definição, mas, pelo menos, demonstrou que isso está nas suas preocupações. Fiz esse apelo e acredito que, em breve, ele resolva essa situação de vocês.

Sr. Presidente, ontem já fiz aqui o meu registro de repúdio a essa tentativa de golpe, que hoje está concretamente em andamento. O que a gente assistiu domingo foi, realmente, uma tristeza, uma vergonha para o nosso Brasil. O mundo está de olho

no Brasil! Acredito que a gente só vai conseguir deter esse golpe – articulado pela grande mídia, pela Oposição, por parte do Judiciário e de outros órgãos públicos do nosso País – se realmente houver uma intervenção internacional, se a democracia no mundo tomar providências e ajudar o Brasil a não entrar nessa.

Lembro-me de que, em 2005, se não me falha a memória, quando prenderam o então presidente da Venezuela Hugo Chávez, o povo chegou lá e o tirou da prisão. Eu não sei o que esse pessoal pretende, hoje, com esse acirramento do ódio, da briga, da disputa. Acredito que a luta de classes é real no nosso Brasil. A gente sabe que esse golpe é um ataque àquelas pessoas que nunca tiveram oportunidade e que, hoje, através dos programas sociais, através do cuidado de um investimento na ampliação do ensino superior, podem estudar, ter sua casa, o seu carro e uma vida mais digna, saindo da exclusão completamente.

Mas a gente vê também a raiva, a agonia, a pressa da direita, da ultradireita conservadora. Nós assistimos a todo o tipo de absurdo! Quero, inclusive, deixar registrado o meu repúdio ao Bolsonaro, que fez homenagem a um torturador. A gente já tem uma Lei de Anistia torta, deputado Joseildo Ramos, que anistiou o torturador e a vítima. E agora temos de ficar assistindo, no Congresso Nacional, o que há de mais podre, de mais conservador, de mais reacionário: o deputado Bolsonaro, num ação desrespeitosa, homenageando o Brilhante Ustra, que torturou, inclusive, a nossa presidenta Dilma Rousseff. Quem viveu aqueles momentos, quem foi preso naquele momento sabe o que é ser torturado, sabe o que foi viver aquela angústia que vivemos.

A gente sabe que esse golpe que está se tentando dar, hoje, no Brasil, pode avançar, assim como avançou o de 64. Num primeiro momento, todo mundo achava que era para frear o comunismo que estava vindo da Rússia para cá. E a gente viu os horrores, a falta de liberdade, o desrespeito, as mortes, os desaparecimentos e tantas coisas vividas naquele momento, no Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos. Boa-tarde, deputado Marcell Moraes, amigos que presenciam mais esta sessão. Cumprimento os nossos amigos do concurso dos agentes penitenciários e da Polícia Civil. (Palmas) Vocês tenham a certeza de que um dos grandes motivos desta sessão de hoje é o tema de vocês. Ao longo dos pronunciamentos, a gente vai fazer valer esse direito que é de vocês. A obrigação do Estado é chamá-los. (Palmas)

Mas, neste Pequeno Expediente, quero me dedicar, até para manifestar a minha opinião contrária a da deputada Luiza Maia, que insiste na posição de que o impeachment é golpe... Ela, assim como a Bancada do PT, insiste que não houve crime de responsabilidade, que a presidente da República Dilma Rousseff não

cometeu nenhuma falta que justificasse o impeachment.

Primeiro, o impeachment não é golpe. A própria presidente da República, em manifestação dada ontem, disse que é um instituto do Direito Constitucional previsto. O início do processo de impeachment que aconteceu no domingo foi regido pelo Supremo Tribunal Federal. Nada mais legal que um procedimento especializado indicado pela maior corte constitucional deste País.

O crime cometido pela presidente Dilma, o maior de todos, na minha opinião, foi o estelionato eleitoral praticado na campanha. Em seu segundo mandato, nada do que foi prometido anteriormente foi aplicado, muito pelo contrário. Ela tinha conhecimento de que não conseguiria colocar em prática todas aquelas promessas de campanha. Ela sabia, em seu seio, já que ela estava na máquina, que não poderiam ser aplicadas as promessas de campanha na vida dos brasileiros. Esse foi o maior golpe, o maior crime que a presidente poderia ter cometido, e cometeu, que está na realidade da vida de cada brasileiro e brasileira deste País.

Outra coisa que foi evidenciada na votação de domingo: faltaram força política e base política para a presidente da República. Vamos lembrar que não foi só o PMDB que votou pelo início do processo de cassação. O PP, que tinha ministério, o PSD, que tinha ministério no governo, o PR, que tinha ministério forte no governo, todos esses partidos querem um novo Brasil. Todos esses partidos entendem, como eu também, que o PT já deu o que tinha que dar. Não existe mais pacto social com esse partido, ele não interpreta mais as demandas do povo brasileiro. E teremos, com fé em Deus, com o vice-presidente Michel Temer – que é vice-presidente porque foi escolhido para ser vice-presidente, meu nobre deputado Luciano Ribeiro. Foi o PT que escolheu Michel Temer para participar da chapa. E ele só está cumprindo o seu dever constitucional, que é em caso de vacância da presidente da República assumir o poder.

Então, o vice-presidente da República, Michel Temer, que foi escolhido pela senhora Dilma Rousseff, também com influência do ex-presidente Lula, vai apenas cumprir o seu papel e voltar a interagir com o Congresso – pois estão lá os representantes do povo – e com a sociedade civil organizada, os empresários, os trabalhadores e todos, para, com fé em Deus, fazermos um Brasil melhor.

Concluo minhas palavras, presidente, dizendo que esta sessão é uma sessão de luta por estes baianos que prestaram concurso e que têm que responder às demandas do nosso Estado, principalmente na área de segurança pública.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, pelo tempo de até 5 minutos, fará uso da palavra o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos que nos assistem e nos ouvem, principalmente pela *TV Assembleia*, mais uma vez estamos aqui nesta tribuna para travar o debate que é pauta em todo o nosso País. Quero

caracterizar – até plagiando uma das fases da operação Lava Jato – que nós estamos assistindo, na minha opinião, à vitória de Pirro. Vou repetir: à vitória de Pirro. Por que isso? Nós assistimos, na antessala desta batalha, entre aspas, a uma cena, na realidade, que pode parecer algo engraçado, hilariante, um picadeiro. E a imprensa internacional se deteve com perplexidade, sobre aquela votação que se estabeleceu na Câmara dos Deputados do nosso querido País. A imprensa internacional não entendeu porque o debate não trabalhou o cerne das questões vinculadas às duas denúncias que sustentaram o impeachment.

Vimos a quase totalidade dos votos para os filhos, para os netos, para a sogra, para a mãe...

Uma atitude histriônica, quando estávamos tratando de algo muito sério. Mas por que algo muito sério? Porque há uma convergência muito clara nos movimentos que foram às ruas a favor e contra o impeachment. Qual a convergência? A convergência de quem foi contra e a favor do impeachment nas ruas é a impopularidade da nossa presidente Dilma, do Temer, do Cunha, do Renan, do Serra, do Aécio e do Alckmin. Contra o impeachment, nenhum desses poderia ser recepcionado em qualquer tribuna na rua. Quem era a favor também não os aceitaria, mas receberia de bom grado todos os deputados que cerraram fileiras contra o impeachment.

Por que chamo a atenção dessa situação? Porque vem aí o dia seguinte. Não há legitimidade, passando o impeachment, de quem vai dirigir os trabalhos da nossa Nação, de quem vai administrar este País, porque haverá um conluio conservador; porque estará muito distante de algumas vozes da oposição, que colocam de vez em quando de que o parlamento brasileiro espelha a média do que é a sociedade brasileira. Muito distante disso.

O povo brasileiro está sub-representado no seu parlamento nos três níveis: em âmbito municipal, estadual e federal. A política foi abduzida pelo financiamento empresarial. A política foi privatizada. O que existe, em grande maioria, é a bancada da bala, da Bíblia, do boi, das corporações, dos conglomerados financeiros. E o povo brasileiro, na sua maioria parda, preta, negra não está representado em nenhum dos três níveis do parlamento.

E isso será cobrado no momento seguinte, porque as pautas virão. Se quem governar este País no dia seguinte tiver o mínimo de responsabilidade, as pautas serão o ajuste fiscal, a retirada dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora brasileira. Veremos dias sombrios.

Mas o povo já se habituou à luta e não mais teremos contra e a favor do impeachment. Teremos o povo inteiro contra aqueles que não tiveram um voto sequer e não estarão legitimados para governar este País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado José Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputadas e deputados, os que nos assistem nas Galerias Paulo Jackson e pela *TV Assembleia*, esse episódio político nacional deve oferecer inúmeras lições para os presentes estudiosos da ciência política e da sociologia política, mas também para os historiadores do futuro, que quando se debruçarem sobre essa conjuntura e consultarem os documentos dos diversos suportes, no papel, na mídia eletrônica, nos documentários, enfim, surpreender-se-ão com o quanto de falso se veiculou, com quantas verdades foram escondidas ao longo desse período de crise.

Olhe que um desses componentes é indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar um cargo no gabinete da presidente da República, um cargo na Secretaria de Assuntos Cíveis, ou no gabinete civil da Presidência da República. E a pergunta que surge, está documentado, é: quem e, em que momento, esses cargos que aparentemente não têm status de ministério ganharam essa nomenclatura e esse carimbo jurídico?

Eu trago para os senhores um breve resumo de que, historicamente, o cargo de advogado-geral da União não possuía natureza ministerial. Portanto, o seu ocupante não tinha direito de foro especial.

Em 19 de julho de 2000, uma juíza federal interpelou o então advogado-geral da União, quando este, o ministro Gilmar Mendes, ocupava o referido cargo. Essa juíza, com outros juízes, havia dado um parecer contra a AGU com relação às privatizações que estavam em curso ainda naquele momento. Imediatamente surgiram comentários do advogado-geral da União contra a postura dos juízes, estes se sentiram ofendidos e moveram uma ação contra aquele.

Logo após essa ação ter sido impetrada, o presidente Fernando Henrique Cardoso reeditou a Medida Provisória nº 2.049 e incluiu o cargo de advogado-geral da União, além de outros cargos – inclusive o gabinete da Agência Nacional de Informação e o cargo de gabinete civil da Presidência da República –, tornando-os equivalentes a ministério. Portanto, isentando os seus ocupantes de uma ação a ser iniciada na primeira instância do Judiciário; remetendo, pois, esses casos para o Supremo Tribunal Federal.

O certo é que transcorreu, transcorreu, a história evoluiu e eis que o ministro Gilmar Mendes, ocupando o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, impediu que o Lula assumisse o cargo da Casa Civil sob a alegação de que este estaria sendo beneficiado pela presidenta Dilma, de forma a retirá-lo da primeira instância processual. Há outros elementos aqui, está tudo documentado, é lei. Infelizmente, a história tem essas ironias.

Quero que este texto seja transcrito para que os anais da história, no futuro, registrem essa minha opinião. São lamentáveis as ironias da história; as ironias que o futuro arma. Aqueles que estão no presente, sem saber o que vai acontecer adiante, se guiam, pensando que estão no caminho certo; mas o caminho do futuro é sempre pantanoso.

Quero concluir as minhas palavras dizendo que este momento de crise política tem muito a se desdobrar. Muita coisa virá até o mês de outubro do próximo ano, até

chegar 2018, nas eleições gerais. *A priori*, qualquer que seja o andamento dessa conjuntura, quem quiser, efetivamente, ajudar este País a ser modificado terá que debater, antes das eleições, uma Constituinte, em 2018, para reformar essas estruturas políticas, essas estruturas das instituições, que, infelizmente, estão caducas e precisam ser renovadas, Sr. Presidente.

E que fique aqui documentado este registro histórico. O que é ironia da história: o ministro que hoje ocupa o Supremo Tribunal Federal foi beneficiado pelo mesmo expediente do qual hoje ele se vale e nega ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Está aqui o documento e gostaria que fosse inserido nos Anais desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Estou inscrito para falar, mas, exercendo a presidência, cedo o meu tempo para o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, concursados da Polícia Civil, os que nos acompanham pela *TV Assembleia*, o domingo, sem dúvida, foi mais uma data histórica para a Nação brasileira. Fiquei impressionado com o que estava acontecendo lá dentro, na Câmara, mas, principalmente, fora dela, nos quatro cantos do Brasil. Os brasileiros de ambos os lados, brasileiros em defesa do *impeachment* e contra o *impeachment*, deram uma grande demonstração de maturidade, de civilidade. Nenhuma gota de sangue derramada, nenhuma agressão, nenhum distúrbio, nenhuma bomba!

O povo brasileiro está com os olhares voltados para as atividades políticas deste País. Lá dentro, ofensas, agressões, eu diria que falta de sabedoria na hora de manifestar o voto a favor ou contra. Teve um jornal, não sei se europeu, não sei se o *El País*, que dizia e comparava determinados momentos com um espetáculo circense. Houve deputados que declararam o voto e o ofereceram para o seu filho que passou no Enem. Sem dúvida, o mais lamentável dentro daquela Casa, além das agressões, foi, exatamente, eu diria, a atitude de dois deputados. Um, o deputado Bolsonaro, que, ao votar, fez apologia a um verdugo, a um ditador, e eu diria que é um torturador. Lamentável sobre todos os aspectos. Outro, o baiano que não defende e não representava a Bahia, como deputado, Jean Wyllys. Uma vergonha! Uma cusparada em Bolsonaro! Que triste ambiente! Que triste espetáculo em um Parlamento desacreditado pela Nação brasileira.

Nós perdemos uma grande oportunidade de mostrar ao Brasil que o Parlamento poderá dar uma grande contribuição a este País. Eu diria que deu ao aprovar o *impeachment* da presidente Dilma. Ela não governa mais. Perdeu o comando da Pátria, perdeu a autoridade! O palácio ela transferiu para um quarto de hotel em Brasília, para um ex-presidente comandar os destinos da Nação. E, segundo notícias, era uma tentativa, uma negociata, uma compra de apoio através de cargos. Também lamentável e vergonhoso! Mas o povo brasileiro está em sintonia com este País.

Eu diria que o impeachment é melhor do que o desgoverno da presidente Dilma Rousseff. Pelo que estamos sentindo, fatalmente ela terá que deixar o governo. Assumirá Michel Temer. É verdade que ele não tem popularidade, que não tem aceitação, e é verdade que o povo brasileiro tem pressa, e é verdade que, pelo que estamos sentindo, em 30 dias, ele haverá de restaurar o País. Só com o *impeachment* a Bolsa subiu, o dólar caiu, o varejo reagiu. Só pelo fato de a Nação brasileira e as suas classes produtoras saberem que a presidente Dilma será impedida, o Brasil já respira um melhor clima de esperança. E esperamos que Deus abençoe a Nação brasileira.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa presente, estou vendo aqui os concursados da Polícia Civil e quero dizer desde já que o nosso partido apoia a nomeação já de vocês! (Palmas)

Recebi pela manhã em meu gabinete, Sr. Presidente, um representante dos aprovados no concurso de agente penitenciário e gostaria de ler agora o manifesto deles, que inclusive estão aí também. Diz o seguinte:

(Lê) “*Salvador, 19 de abril de 2016*

Ao Excelentíssimo Sr. Deputado,

A Comissão do Concurso de Agente penitenciário 2014 do Estado da Bahia, Vem através do presente documento, DENUNCIAR e expor as seguintes situações:

‘Com 630 Redas, 950 Terceirizados, 7 presídios NÃO inaugurados e 1000 concursados NÃO convocados e o Governo mantendo os temporários na ILEGALIDADE’

Logo o Estado insistindo na TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA no Sistema prisional Baiano mesmo com um Concurso público para o Cargo de Agente Penitenciário 2014 homologado.

Ação Popular DEFERIDA e não cumprida, nº 0538731-68.2015.8.05.0001

Ação Civil Pública DEFERIDA e não cumprida, nº 0544949-53.2015.8.05.0001

‘Uma democracia não fica de pé se não respeitar a CONSTITUIÇÃO’.”

Palavras dele, do Governador Rui Costa.

(Lê) “*Art. 37, II, CF/88 - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.*

Lei Federal 13.190/2015 - Torna INDELEGÁVEL a função do Agente Penitenciário de carreira.

AGENTE TERCEIRIZADO custa ao Estado: R\$5.600,00

AGENTE REDA: R\$3.200,00

AGENTE EFETIVO: R\$3.200,00

São 14 mil presos no Estado/1300 Agentes efetivos trabalhando por escala / DÉFICIT de 8 mil Agentes efetivos).

QUEREMOS UM CRONOGRAMA COM A CONVOCAÇÃO DE TODOS PARA AS DEMAIS ETAPAS DO CERTAME.

CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO DE TODOS OS HABILITADOS JÁ!! - ”
(Palmas)

Então, Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrada nos Anais desta Casa esta manifestação justa dos agentes penitenciários. E aqui estamos vendo também os concursados da Polícia Civil, que igualmente já eram pra ter sido empossados, chamados.

Portanto, esperamos que o governo, mesmo com a dificuldade que sabemos que existe, os convoque, pois, quando se faz um concurso público anunciando no *Diário Oficial* um chamamento através de edital e ele é feito, mas os aprovados não são chamados, isso não é legal, não é normal. Essa prática tem de mudar, tem que haver uma alteração, porque isso se torna uma propaganda enganosa. Não podemos aceitar deixarem na mão esses pais de família que fizeram o concurso, passaram e criaram uma expectativa mentirosa.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos ao governo do Estado, ao secretário da Fazenda e ao Líder do governo que tomem uma decisão, pelo menos dizendo a estes concursados que eles têm um direito legítimo, tanto os agentes penitenciários como também os policiais civis.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, como o radialista Renato Lavigne e tantos outros milhares de baianos espalhados por este Estado, acompanham agora o Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Funcionários desta Casa, telespectadores que nos assistem através da *TV Assembleia*, caros visitantes que compõem as Galerias, concursados da Polícia Civil e agentes penitenciários que estão mais uma vez aqui nesta luta em busca dos seus direitos, queremos reiterar o apoio da nossa Bancada da Oposição a esta vossa reivindicação justa, sobretudo, por ser uma necessidade da sociedade baiana. Portanto, queremos reiterar este nosso apoio a esta luta dos concursados da Polícia Civil e dos agentes penitenciários da Bahia.

Percebo, caro deputado Rosemberg Pinto, um certo alívio no semblante dos

deputados que compõem aqui a base do governo estadual e, principalmente, no dos parlamentares que integram a do federal, em especial aqueles do Partido dos Trabalhadores. Tenho observado isso. Posso até estar enganado, mas é algo como se eles dissessem: “Tiramos um peso das costas.” Tenho percebido isso, repito, e imagino a dificuldade que às vezes V.Ex^{as} têm para defender muitas vezes o indefensável.

Queria aproveitar para fazermos uma reflexão sobre tudo o que está acontecendo no País neste momento no que diz respeito a este processo de *impeachment* que a Câmara dos Deputados acabou de admitir, mandando-o ao Senado para que aquela Casa, de fato, faça o julgamento.

É preciso que nós deputados estaduais, vereadores, prefeitos - enfim, todos os políticos, principalmente aqueles que têm mandato eletivo e certamente se constituem em lideranças de fato - tenhamos a responsabilidade, Sr. Presidente, de falar a verdade e transmiti-la à população brasileira. É fundamental transmitirmos a realidade àqueles que nos ouvem para que não parem dúvidas acerca do que está acontecendo no Brasil, até porque se trata realmente do futuro de um País, do impedimento da presidente da República! Portanto, não é uma coisa simples.

Temos visto alguns colegas parlamentares nesta Assembleia, ou então deputados federais lá na Câmara, senadores, jornalistas pelo País afora, artistas, intelectuais, manifestando suas opiniões e muitas vezes tentando induzir na população aquilo que não é verdade. Uns afirmam “ah, isso é um golpe, porque a presidente Dilma tem a sua vida limpa, não roubou.” Em nenhum momento, me parece que nesse processo de impedimento da presidente Dilma tenha se falado em roubo, em falcaturia. Não me parece que foi o caso. Outros dizem: “Ah, é golpe, porque a Câmara Federal é presidida por um deputado que é réu no STF, é presidida por um deputado que está indiciado na Operação Lava Jato”. Mas ele de fato é o presidente da Câmara. Ele não está impedido de exercer o seu mandato de presidente da Câmara. Portanto é legítimo ele dirigir aquela sessão. E, aí, haveremos de perguntar se esse repúdio ao presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha, é porque ele é um corrupto, ou é porque ele tem sido eficiente na condução do processo que leva ao impedimento da presidente da República? Será que vão tratar o presidente do Senado, o senador Renan Calheiros, com toda aquela gentileza dele, um *gentleman*, será que vão tratá-lo da mesma forma, com o mesmo repúdio? Chegando até mesmo ao sentimento de odiosidade?

É preciso, deputado Luciano Ribeiro, estabelecer a verdade. Uns dizem que não é golpe porque ela não cometeu crime. Ora! Aqui elencamos algumas condutas de irregularidades que foram praticadas pela presidente da República e que se configura como crime de responsabilidade. Outros dizem ainda que não é golpe porque o crime é pequeno. Como é que se impede uma presidente da República por um pequeno crime? Os senhores vão perceber aqui que não se trata de um pequeno crime.

E ainda dizem que é golpe porque o vice-presidente Michel Temer não tem legitimidade para assumir a presidência da República, porque ele não foi votado. Ora! Como ele não foi votado? Ele compôs uma chapa com a presidente da República

escolhido pelo colegiado do qual o Partido dos Trabalhadores fez parte, portanto o escolheram para exercer o mandato de vice-presidente da República. E está lá previsto na Constituição Federal que, no impedimento do presidente da República, assume o vice. Não há ilegitimidade nenhuma.

E, aí, meu caro deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a que é um deputado que conhece com profundidade a lei, é um dos nossos juristas na Casa, eu elenquei aqui, como já falei, algumas condutas apontadas como irregularidades inclusive pelo Tribunal de Contas da União, que caracterizam o crime de responsabilidade da presidente Dilma Rousseff.

(Lê) “Nos anos de 2014 e 2015, ela editou uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional.

Práticas ilegais de Desinformações Contábeis e Fiscais As chamadas pedaladas fiscais:

Não registro no rol dos passivos da união na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União do Brasil relativos a equalização de juros e taxas de safra agrícola;

Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público, valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos a créditos a receber do tesouro Nacional em razão de títulos de créditos não contabilizados;

Incorreta apresentação dos cálculos do resultado primário das contas do governo;

Dispêndios relativos à equalização de taxa de juros da safra agrícola e créditos não lançados junto ao Banco do Brasil;

Realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União;

Realização de operações ilegais de crédito por meio de utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PIS);

Pagamentos de dívidas da União no âmbito do Programa Minha, Casa Minha Vida sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;

Atrasos nos repasses de recursos aos Estados e Municípios em decorrência da exploração de gás, petróleo e recursos hídricos (Lei 7.990/89); da contribuição social do salário-educação (art. 212, § 5º da Constituição federal) e nos repasses de recursos ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Não Registro de Valores no Rol de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público.

Falta de registro dos passivos decorrentes das operações de crédito realizadas.

Por causa dos atrasos nos repasses aos bancos oficiais, o governo acumulou dívidas no valor de R\$ 40 bilhões com o Banco do Brasil, o BNDES, o FGTS e a

Caixa. As dívidas não foram contabilizadas corretamente.

Empresas estatais, incluindo a Petrobras e a Eletrobras, realizaram investimentos superiores ao previsto pelo Orçamento. Os investimentos não poderiam ter sido executados sem previsão orçamentária...”

Portanto, esses são alguns casos que nós elencamos de crimes praticados pela economista Dilma Rousseff, presidente da República, uma senhora supostamente com formação, e a ninguém é dado o direito de desconhecer a lei.

“(...) Eis aqui as operações ilegais cometidas pela presidente da República que caracterizam crime de responsabilidade, nos termos do art. 11, itens 2 e 3 da Lei nº 1.079/50...”

Onde há a previsão de crime?

“(...) Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra...”

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um aparte.

O Sr. Herzem Gusmão:- Permita-me um aparte, deputado?

O Sr. Fábio Souto:- Um aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- “(...) os incisos:

V – a probidade na administração;

VI – a Lei Orçamentária;

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.”

A Constituição Federal recepcionou, então, essa Lei 1.079/50 para tratar exatamente desses assuntos.

Eu quero conceder um aparte, inicialmente, ao nobre deputado Luciano Ribeiro; em seguida, ao deputado Herzem Gusmão; e depois ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nobre deputado Hildécio, não é surpresa essa explanação extremamente técnica e esclarecedora que V.Ex^a fez sobre esse tema.

Queria somente, dentro do que V.Ex^a vem tratando, me referir, pontualmente, a essa questão de que o *impeachment* é golpe. Sendo muito didático e muito técnico, talvez, queria dizer o seguinte: o *impeachment* está previsto em lei. Ponto. Na divisão dos poderes, cabe o julgamento – e assim quis a Constituição – ao Poder Legislativo. A Constituição não delegou ao Poder Judiciário o julgamento do *impeachment*. Cabe ao Poder Legislativo, ao Congresso Nacional apreciar se há crime ou não. A partir do momento que ele decide, não cabe ao Poder Judiciário homologar ou não. O Poder Legislativo não age como juiz de 1º grau com suas decisões sujeitas à validação do órgão superior, que, como pretende, seria o Supremo Tribunal Federal.

Vou citar aqui duas situações que retrata muito bem isso. Quando Collor de Mello sofreu o *impeachment*, os mesmos fatos que serviram para que o Congresso acatasse esse impeachment e que o PT votou, os mesmos fatos, foram submetidos através de uma ação penal ao Supremo Tribunal Federal. Ora, o Congresso entendeu

que Collor cometeu crime, e por isso cassou o seu mandato. Quando o Supremo Tribunal foi apreciar esses mesmos fatos, entendeu que Collor deveria ser absolvido, e ele saiu da presidência e até hoje está para a história isso.

Outro fato aqui que eu quero retratar, é a cusparada de Jean Wyllys. Cuspir na cara de alguém é uma injúria grave, é crime em qualquer lugar. Mas, pode o Conselho de Ética do Legislativo entender que não teve e, simplesmente, não puni-lo. Isso está previsto. E quem julga? Jean Wyllys vai ser o Conselho de Ética, e ele tem a liberdade de dizer que aquilo não foi crime, que foi normal. Eu quero – só para retratar essa questão de que não há crime, há crime, não há crime... – colocar esses dois fatos que são bem elucidativos.

Eu agradeço o aparte de V.Ex^a.

Muito Obrigado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Luciano, o aparte de V.Ex^a enriquece o nosso pronunciamento.

Concedo um aparte ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Agradeço o aparte, deputado Hildécio Meireles. Está acontecendo no Brasil algo que também é histórico. A presidente Dilma Rousseff começou a governar o Brasil com esmagadora maioria, ampla maioria no Senado da República. E no Congresso Nacional, domingo, com a aprovação do impeachment, a presidente começou a governar o país com 355 deputados federais com ela. S.Ex^a, a presidente Dilma Rousseff, perdeu a oportunidade ímpar de implementar verdadeiras alterações, mudanças no Brasil e, principalmente, a reforma política, ela tinha 355 deputados federais do seu lado.

Imagina, deputado Hildécio Meireles, que no domingo 367 deputados votaram contra a presidente Dilma Rousseff. E esse sentimento lá dentro, fora, não é só a questão das pedaladas, que inclusive levou o Brasil à derrocada, essa maquiagem que o governo federal vem fazendo com os números, com dados, afundando o país, a pátria, mergulhando o Brasil numa crise sem precedentes na história. Mas, é também o que nós estamos vendo com um governo que não tem mais autoridade para governar, a presidente Dilma vem dando sinais evidentes que ela não consegue mais comandar os destinos do Brasil.

Daí o *jus sperniandi*, deputado Luciano Ribeiro, o legítimo direito de espezinhar, em relação ao que aconteceu dentro do Congresso Nacional que traduz, reflete o sentimento do povo brasileiro. É lamentável uma presidente começar a governar o país com 355 deputados federais, de 513, e no domingo 367 deputados votaram pelo impedimento da presidente Dilma.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Herzem. Antes de passar a palavra ao deputado Fábio Souto e ao deputado Adolfo Viana eu queria só concluir essa leitura, porque eu acho que ela é bastante didática, de modo que fique bem claro para todo mundo o que, de fato, está acontecendo com esse processo.

A lei nº 1.079, de 1950, atendendo à Constituição Federal, ela admite que um atentado à probidade na administração, à lei orçamentária, contra a guarda e legal

emprego dos dinheiros públicos, ela ainda faz questão de detalhar cada item desse, deputado Adolfo, do que se trata.

Então, no seu art. 10 ela define os crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária. Por exemplo, ela diz que: (Lê) “Art. 10 – São crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária:

2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do Orçamento;

3 - Realizar o estorno de verbas;

4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da Lei Orçamentária;

6 - Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na Lei Orçamentária ou na de Crédito Adicional ou com inobservância de prescrição legal;

9 - Ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente;

10 - Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;

Art. 11 - São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:

1 - Ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observância das prescrições legais relativas às mesmas;

2 - Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;

3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal...”

Vejam V.Ex^{as} que em relação a cada crime tipificado aqui, eu que elenquei antes os praticados pela presidente da República.

Por fim, a mesma Lei 1.079 diz em seu art. 14 “(...) É permitido a qualquer cidadão denunciar o presidente da República ou ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.”

Diante disso, os juristas Hélio Bicudo, fundador do Partido dos Trabalhadores, Janaína Paschoal e o grande jurista Miguel Reale fizeram a denúncia desses crimes de responsabilidade, cometidos pela presidente da República, à Câmara Federal, como de fato manda a nossa Constituição.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com o aparte o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Hildécio Meireles, ouvi com muita atenção o seu pronunciamento, embasado nos fatos. Eu diria que o que aconteceu com a presidenta Dilma não foi um fato isolado, mas o conjunto da obra de várias questões que enfraqueceram a sua figura política e o seu governo. Hoje, o governo da presidenta Dilma é o mais impopular de todos os tempos do nosso País.

Não queria me aprofundar nessa questão política, porque acho que temos de

respeitar qualquer que seja a decisão do Senado, já que é uma Casa legítima e soberana. No dia seguinte, como foi colocado por alguns deputados, a classe política tem de ter juízo e, como a própria presidenta Dilma falou, buscar uma repactuação. E assim, quem quer que seja o presidente da República, aprove projetos importantes para este País. É preciso recuperar a economia brasileira, que está em frangalhos, lutar para baixar a taxa de juros e diminuir os quase 10,5 milhões de desempregados.

Vi um dado interessante, deputado Hildécio: 20% da população brasileira que pagavam plano de saúde deixaram de pagar por falta de condição financeira. O consumo de alimentos caiu 5%. Então, acho que a classe política tem de ter juízo, responsabilidade para, logo em seguida à decisão do Senado, haver um pacto, uma união nacional para, efetivamente, se olhar os problemas que estão ocorrendo, hoje, no Brasil que são inúmeros, governo e oposição por ideologia mais próxima da presidenta, porque não pode ser negada a situação de dificuldade extrema que vive o nosso País. E, depois dessa decisão que acredito que ocorra lá para depois do dia 10, dia 15, que haja, efetivamente, uma repactuação com os partidos políticos para que o presidente que ficar para administrar o Brasil tenha condição efetiva de tomar as decisões corretas, às vezes, impopulares, mas que irão, seguramente, melhorar as condições do nosso País.

Eu queria ser justo, deputado Hildécio, para aproveitar a oportunidade que o presidente Marcelo está aqui e que o deputado Rosemberg também está, para falar do esforço da Oposição em relação à luta para que a Ceplac não fosse rebaixada. E, graças a Deus, o governo federal teve juízo ouvindo as vozes da Oposição, com o apoio do Líder Rosemberg e do presidente Marcelo Nilo, eu diria que toda a Casa se mobilizou para mostrar ao governo federal que ele havia tomado uma medida errada. E, felizmente, o governo voltou atrás.

Muito obrigado e parabéns a V.Ex^a pelo discurso.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Fábio.

Para concluir, fica muito claro que todo o procedimento que a Câmara Federal deu início e concluiu no domingo passado foi legal, previsto em lei, previsto na Constituição federal, inclusive a remessa para o Senado Federal, porque ele é quem tem a competência para fazer o julgamento político, como bem falou o deputado Luciano Ribeiro, previsto na Constituição, não cabendo recurso ao STF para o julgamento do mérito, exatamente porque não se trata de golpe.

No nosso entendimento golpe seria se não se apurasse os crimes que foram cometidos pela presidência da República. E, portanto, a sociedade brasileira, nós políticos da Oposição, não temos que sempre ficar balançando a cabeça para os erros, defeitos e falhas do governo, hoje, do PT, ou do governo de quem quer que seja em qualquer época. Nós temos que ter, sim, hombridade, seriedade e capacidade de reconhecer as falhas, de apontar as falhas, na tentativa de contribuir para o melhoramento da sociedade brasileira.

Portanto, ratifico aqui, para concluir, Sr. Presidente, o nosso apoio ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Infelizmente, não tenho competência de votar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horários das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, concursados da Polícia Civil e agentes penitenciários que estão aqui nesta tarde, subo a esta tribuna para expressar o meu sentimento com relação ao que aconteceu no Congresso Nacional no último domingo.

E quando observávamos atentamente aquelas manifestações colocadas no Plenário que mais pareciam um espaço onde estava sendo disputada uma partida de futebol, com gritos, pulos, observações inadequadas nas falas e na forma de colocar, sem a seriedade necessária ao que estava sendo realizado ali. Srs. Deputados, em pouquíssimas vezes, os deputados de oposição ao governo que votaram a favor do afastamento da presidente Dilma se dirigiram aos fatos efetivos que deveriam estar norteados a posição de cada um desses deputados. Uma deputada falava sobre os mortos da BR tal, a outra dedicava seus votos a sua tia que a tinha criado, o outro ao pai, ao filho, ao neto, ao bisneto que ainda estava por nascer, como se estivéssemos observando um verdadeiro espetáculo. Um verdadeiro circo era o que parecia o Congresso Nacional naquele dia, quando, naquele momento, os deputados estavam decidindo o caminho do nosso país. Aquilo, de fato, não trouxe esclarecimentos para a população. Acho que isso foi um desserviço, inclusive, para a população brasileira, uma sessão como aquela que foi realizada.

A presidente Dilma é uma mulher séria, muitos deputados de oposição que se pronunciaram naquele dia, inclusive, admitiram isso, dizendo que a presidente não tinha nenhuma mácula na sua vida. A presidente sofreu muito, foi torturada e, para nossa tristeza, vimos um deputado utilizar a tribuna e dedicar o seu voto a um torturador. É algo inacreditável, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que alguém possa dedicar o seu voto a uma pessoa dessa, deve ter sido em função da proximidade que tem com esse senhor. Dedicar o seu voto a alguém que torturou e matou diversos e diversos jovens daquela época, líderes que lutavam pela democratização do nosso país. Lutavam em fazer desse país aquilo que nós, do Partido dos Trabalhadores, iniciamos ao assumir o governo com o presidente Lula, que foi o processo de transformação da sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, é com muita tristeza que observamos o resultado daquela noite. O mundo inteiro estava com os olhos voltados para o Brasil. O mundo inteiro percebeu o que se realizava naquele dia, naquele momento, naquele

Congresso. E isso não é exemplo, não é a forma adequada para se conduzir. Os jornais internacionais, as revistas internacionais, se referem a isso com grandes críticas sobre o que aconteceu naquele dia. Críticas porque não acreditam que alguém que está indiciado no Supremo Tribunal com provas colocadas - nas vésperas, houve uma nova denúncia sobre mais recursos que teriam sido a ele encaminhados - não teria condições políticas nem éticas de estar conduzindo aquele ato naquele dia.

Portanto, digo, Sr. Presidente, que houve golpe, mas vai continuar havendo luta.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, faço esta questão de ordem para, mais uma vez, pedir o apoio de V.Ex^a. Estamos aqui pela quarta semana consecutiva recebendo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, esse assunto tem que ser da tribuna. Tomei uma decisão, permita-me só um segundo, sou obrigado a dar, ouça-me, e não vou aceitar questão de ordem que não seja fundamentada no Regimento. Isso vai ser para os dois lados. V.Ex^a vai ter tempo para fazer o discurso para os policiais civis. Agora, numa questão de ordem, eu queria a compreensão de V.Ex^a e vou pedir a todos. Questão de ordem só se for para dirimir dúvidas do Regimento. Não quero ser indelicado, sou obrigado a dar questão de ordem a V.Ex^a, jamais seria indelicado com um deputado do nível de V.Ex^a, nem é meu perfil.

Faço um apelo, porque para anunciar os concursados que estão ali, V.Ex^a vai ter tempo, V.Ex^a discursa na tribuna, quero a sua compreensão porque vou fazer com todos. Qualquer deputado que pedir uma questão de ordem que for para falar sobre problemas políticos, faço um apelo à Casa e em especial a V.Ex^a. Esqueci, no início desta sessão, de dar essa informação aos Srs. Deputados no sentido de regulamentarmos o que é uma questão de ordem. Questão de ordem é simplesmente para tirar uma dúvida do Regimento. Sou até obrigado a dar questão de ordem a V.Ex^a, foi até bom para mim que tenha sido o primeiro, V.Ex^a é um deputado que tenho o maior apreço, respeito e o considero amigo, faço um apelo porque V.Ex^a vai ter tempo à vontade e V.Ex^a fará o seu discurso, as suas sugestões, suas críticas e apelos. Faço esse apelo, mas se V.Ex^a quiser sou obrigado a dar.

O Sr. Adolfo Viana:- Acato a decisão de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu lhe agradeço, deputado Adolfo Viana, até para virar jurisprudência para todos os deputados. V.Ex^a vai ter tempo à vontade. Quero regulamentar isso, questão de ordem aqui só se estiver inicialmente no Regimento e se eu achar que é questão de ordem. Agradeço muito a V.Ex^a, deputado Adolfo Viana, a compreensão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias. Com

a palavra o Líder do PT, PCdoB, PSB, PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado que vos fala, Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo 13 minutos. E volto a agradecer ao deputado Adolfo Viana. É jurisprudência nesta Casa, não darei questão de ordem, exceto se sentirmos que é para dirimir dúvidas do Regimento. Claro, se o deputado insistir sou obrigado a dar, mas faço um apelo aos Srs. Deputados.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente. Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, visitantes, imprensa, servidores, ouvi aqui no Grande Expediente o deputado Hildécio Meireles, tenho um grande apreço por ele, servidor do Estado da Bahia e parlamentar da região do Baixo-Sul da Bahia, falando sobre o processo de impeachment.

Quero dialogar com algumas falas, inclusive com o deputado Herzem, primeiro, que aqui não está se debatendo a constitucionalidade do instrumento impeachment. Esse instrumento é legítimo, constitucional, pode e deve ser usado quando tem fundamento. O que estamos discutindo aqui é como acontece numa partida de futebol, ela existe, há dois times jogando e um faz gol por impedimento. O juiz não viu ou aceitou e o resultado dele foi 1X0, vamos dizer assim, com um gol de impedimento, como foi o gol do Santa Cruz contra o Esporte Clube Bahia. Então, o que ocorre? As pessoas vão aceitar o resultado daquele jogo, mas duvido que o torcedor que se sentiu prejudicado não vá questionar que estava o jogador impedido.

Ora, o que aconteceu no domingo não sou eu quem está falando, no domingo quem fala é uma pessoa que foi sempre meu adversário nesta Casa. Não retiro uma palavra do que disse e coloquei sobre ele aqui diversas vezes, que foi o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa. Não sou eu quem está dizendo, é ele quem diz no seu twitter: é uma tristeza, é lamentável, é de se chorar que a continuidade desse processo será ainda uma tristeza muito maior para todos nós. Ele se refere quando diz isso muito mais a um corpo jurídico que manchou a sua história, que submeteu alguns interesses e diversos deputados aqui às vezes não se aperceberam, meu querido Luciano Ribeiro, do que está por trás sobre o que se faz aí, que não é meramente a saída da presidenta Dilma, e sim porque se feriam os interesses de alguns segmentos internacionais e locais da elite brasileira, que não tem a humildade de entender que nós precisamos distribuir renda, deputado Zé Raimundo, e melhorar a vida das pessoas mais pobres. É lamentável!

Minha filha, deputado Luciano Ribeiro, é advogada, como V.Ex^a. Ela assistiu junto comigo a todas as declarações de voto e me perguntou: “Meu pai, é esse o Parlamento brasileiro?” Eu disse para ela: “Querida, o nosso Parlamento baiano é muito superior” – e aqui, deputado Hildécio, quando V.Ex^a disse... Eu disse ontem aqui que eu respeito o resultado dos 367, mas não posso respeitar a forma como eles votaram, naquela posição de golpe à Constituição e à democracia, com grande parte deles virando chacota no Brasil e no mundo inteiro. E sobre uma parlamentar, é como

disse hoje o escritor Paulo Coelho: “Deus atende rapidamente aos pedidos”. Ela foi pedir a Deus contra a corrupção, pelo marido dela, no outro dia a Polícia Federal foi lá cumprir o seu desejo, prendendo o marido por corrupção. É esse o Congresso, essa parte que votou contra uma mulher honesta, séria, que não tem uma mácula sequer do ponto de vista da sua honestidade. Ora, meus queridos deputados, deputadas e visitantes aqui presentes, nós estamos presenciando um golpe moderno do século XXI, que tem o mesmo efeito do golpe de 64, que logicamente teve uma crueldade maior, porque mataram e torturaram diversos amigos e amigas, filhos dos nossos amigos. Não podemos aceitar situações como essa, que se repetiu no debate do Congresso, com um parlamentar que não se respeita e que chamou a tortura como o seu exemplo maior de protagonismo naquela Casa.

Nós não podemos admitir, meus queridos, situações como aquela. É lógico que eu não posso concordar com a posição do Jean Wyllys, de tomar aquela atitude, mas ele foi provocado. Para tomar uma decisão como a dele, era necessário que tivéssemos a capacidade de tomar a mesma posição com Jair Bolsonaro, com o presidente daquela Casa, que envergonha o Parlamento brasileiro. Que moral tem algum parlamentar para dizer que está sendo conduzido por alguém que assume que tem contas no exterior? Que todos os denunciante dizem que colocou alguns milhões de dólares em suas contas na Suíça e no mundo inteiro?

Para que tenhamos moral para discutir o *impeachment* da presidenta Dilma, a primeira coisa a ser feita por qualquer parlamentar era julgar todos os que estão indiciados, que estejam ali sob suspeita. Essa seria a primeira coisa que tinha que se fazer para o Parlamento ser isento, para que pudesse se tomar uma atitude da magnitude que domingo nós vimos.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, Sr. Deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Então, meus queridos deputados e deputadas, eu quero reafirmar a posição dos meus colegas que disseram, aqui, que nós presenciamos um golpe contra a democracia, que nós presenciamos um momento de vergonha para a sociedade brasileira. Os jornais do mundo inteiro estão condenando a passividade de um Congresso e a forma como as pessoas se posicionaram para julgar uma mulher que não tem uma única condenação, não tem nenhuma denúncia de malversação do dinheiro público.

Inventaram esse crime de responsabilidade, que a maioria dos governadores fez. O que a maioria dos governadores fez, o PSDB vai fazer isso em São Paulo, o PMDB vai fazer isso no Rio de Janeiro. Meus queridos deputados e deputadas, eu não posso...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, Sr. Deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- V.Ex^a teve 25 minutos, deputado. Eu não posso permitir é que nós venhamos a debater essa questão, aqui, numa posição meramente da legalidade ou não, ou da constitucionalidade do *impeachment*. Ninguém aqui questiona a constitucionalidade do instrumento *impeachment*. Agora, ninguém de sã consciência pode discordar de que aquele processo que aconteceu domingo foi uma extrapolação, um ataque à democracia brasileira.

Eu tenho vergonha. Eu estou tranquilo, deputado Hildécio. O meu semblante está tranquilo, porque não estou defendendo aquela vergonha por que passou o Congresso Nacional. Eu não sou parte daqueles que envergonharam o Brasil através daquele episódio, porque o Brasil está servindo de chacota no mundo inteiro.

Lamentavelmente, alguns de nós vêm defender aquilo como se fosse um processo da legalidade. Aquilo é um golpe à democracia, aquilo é um instrumento de cassar de vez a vontade da população. Disse hoje nas rádios: aquele senhor que era ministro, do Ceará, ele assume, não sou eu quem está dizendo, é ele quem diz, deputado Joseildo Ramos: “Eu discordo do relatório, não há nada contra a presidenta Dilma, mas eu tive de votar por pressão da Executiva do meu partido”. Foi essa a declaração que ele deu.

Mas tem gente que ainda defende aquilo como instrumento legítimo. Como algo que não extrapolou o papel de um deputado ou de uma deputada comprometida com a democracia brasileira. Quem faz isso é quem não sabe o custo da construção da democracia. Eu sei o quanto custou para mim. Eu me formei. Eu fui para a universidade mais tarde que a maioria dos jovens da minha época, porque, enquanto alguns estavam nas escolas privadas, estudando para se formar, para seguir certas profissões de seus pais, eu e vários outros companheiros e companheiras estávamos nas ruas lutando para se construir uma democracia. E hoje o Congresso se acovarda, se submete aos interesses escusos da Fiesp, do capital internacional, que quer tomar o pré-sal do povo brasileiro, sob o argumento de que o petróleo é de todo mundo.

Deputado Hildécio, V.Ex^a sabe a importância da Petrobras no seu município. Ninguém terá as condições constituídas por uma empresa nacional, numa relação de extração de petróleo, como há nas cidades em que a Petrobras atua.

Então, meus queridos deputados e deputadas, eu lamento.

E é por isso que hoje dois vídeos estão correndo na internet: o de maior audiência é o daquela deputada que pediu a Deus para acabar com a corrupção e o marido foi preso no outro dia; e o segundo mais visto é o que diz que quando encontrar os “bolsonaros” cusparam. É por isso que esses são os vídeos mais vinculados.

Não estou defendendo isso, estou dizendo que são os vídeos que mais estão rodando em nossa cidade pela vergonha que protagonizou aquele Congresso no último domingo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar que aqui, na Assembleia, os estudantes do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Ocidente (ISEO) estão presentes na Galeria Paulo Jackson.

Com a palavra o Líder do Bloco PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará, por todo o tempo, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos

Geilson, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, tenho a oportunidade de me pronunciar nesta tarde sobre a questão do *impeachment* e os diversos temas aqui abordados.

O deputado Rosemberg, num esforço hercúleo, tentou justificar o que, no meu ponto de vista, não tem justificativa.

O *impeachment* é uma realidade. As consequências, até aceitamos que sejam debatidas, mas o *impeachment* é um instrumento constitucional, doa a quem doer.

O próprio deputado Luciano Ribeiro foi muito feliz há pouco quando disse o seguinte: Fernando Collor foi inocentado no Supremo Tribunal Federal. Então, não houve motivo para o *impeachment* dele. Então, foi um golpe que o PT patrocinou.

Vejam como é a questão, o Partido dos Trabalhadores usa óculos de couro quando não quer enxergar aquilo que deveria enxergar.

Há pouco o deputado Rosemberg falou aqui do partido que fechou questão, obrigando, pressionando para votar pelo *impeachment*. Esqueceu de falar do PDT, que já está expulsando deputados que se opuseram à direção do partido.

Então, o discurso lhe é conveniente. Ele é enviesado, é uma realidade!

A presidente Dilma, acredito que é uma mulher honesta. Agora, ela é negligente, é desatenta, porque quando estava na Petrobras houve o roubo e todos aqueles em volta dela roubaram. E ela, desatenta.

Acredito que ela, realmente, é uma mulher honesta, mas não tem capacidade de administrar. Ela não é atenta...

O Sr. Herzem Gusmão:- Me permite um aparte, Sr. Deputado? Rápido.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) com a coisa pública.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a está inscrito também. Estão inscritos os deputados Hildécio e Herzem Gusmão.

Então, está mais claro que ela é uma gestora desatenta. Não estou aqui, em nenhum ponto, em nenhum momento, dizendo que ela é uma mulher desonrada, desonesta. Mas ela, como ministra de Minas e Energia, passou pela Petrobras como gestora do conselho e não percebeu nada do que estava acontecendo com essa estatal, que o PT lutou tanto e denunciou que Fernando Henrique queria privatizar.

Ora, a Petrobras não foi privatizada, ela foi, literalmente, quebrada.

Outra coisa, o PT joga nas costas de Eduardo Cunha, o cidadão poli-investigado, polidenunciado, é verdade. Mas ontem Dilma Rousseff recebeu no Palácio do Planalto outro poli-investigado: Renan Calheiros.

Ora, Renan Calheiros lhe serve agora porque pode lhe ajudar na salvação. Ele deixa de ser poli-investigado, deixa de ser um malandro da política para ser um arauto da moralidade no Senado desde quando lhe favoreça para a salvação no *impeachment*. Dois pesos e duas medidas.

Tanto Renan quanto Eduardo Cunha são políticos que não deveriam ocupar, e

nem presidir, a Câmara Federal e a Câmara Alta, o Senado. Hoje, o PT passa a mão pela cabeça de Renan porque lhe é conveniente.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Hildécio Meireles, ouço-o com muito prazer.

O Sr. Hildécio Meireles:- Nobre deputado Carlos Geilson, parabeno-o pelo pronunciamento.

Faço uma observação sobre o que falou há pouco o nobre deputado Rosemberg Pinto, que insiste na palavra golpe e tenta “misturar alhos com bugalhos”, querendo que o comportamento de alguns deputados federais na hora da votação manche o resultado do processo de admissibilidade por parte da Câmara dos Deputados. Até porque o julgamento será feito pelo Senado.

Ele falou sobre golpe moderno – o que eles chamam de golpe, hoje – e falou sobre o golpe de 1964. Esqueceu-se, então, do golpe de 1992. Ou será que impedir Collor por motivos parecidos, ou não, com o atual, diferentemente do golpe de 64, não foi golpe por que o PT participou, por que o PT protagonizou. Agora, é golpe. Essa é a pergunta que eu queria que o deputado Rosemberg Pinto respondesse oportunamente.

Muito obrigado, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Só 1 minuto, deputado Herzem Gusmão.

Quero tratar de uma questão de intolerância. Hoje, as redes sociais se tornaram um xingamento, tanto de um lado quanto de outro. Isso é muito estimulado pela classe política, notadamente o Partido dos Trabalhadores.

Aqui, quero prestar minha solidariedade a todos os baianos contra aqueles que não admitem o contraditório. A Bahia foi o Estado que deu mais votos ao não-impeachment. Há que se respeitar. Nós, baianos, fomos atacados pelos sulistas de diversas formas.

Hoje, nas redes sociais, observamos intolerância de ambos os lados. Ninguém mais debate, simplesmente partem para o xingamento. Cabe a nós, políticos e sensatos, rechaçar esse tipo de postura nas redes sociais. Admitimos as críticas, porque somos homens públicos. Agora, o xingamento que está aí, o patrulhamento que está acontecendo, realmente, preocupa-nos, e muito, meu caro deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Meu querido deputado Carlos Geilson, pela forma da Bahia votar parece que só a Bahia estava certa e os demais estados equivocados.

Disse, e eu ouvi, há muito tempo, final da década de 70, início da década de 80, talvez – Carlinhos, lembre-me –, um deputado brilhante que passou por esta Casa: Elquisson Soares. Ele dizia naquela época... Nos dias atuais, eu diria que se Elquisson dissesse hoje, ele também estaria correto. Ele falou, lá para trás, que a Bahia é o Estado mais atrasado politicamente do Brasil. Estava certo Elquisson.

Outro detalhe: em relação à presidente Dilma Rousseff, ela foi presidente do conselho da Petrobras, que comprou Pasadena superfaturada. Eu pergunto: será que a presidente Dilma resistiria a uma CPI detalhada em toda a história da Petrobras? Deixo essa pergunta, deputado Carlos Geilson.

Muito obrigado por me conceder o aparte, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, deputado Herzem Gusmão.

Quero aproveitar o tempo que me resta para dizer que uma das falácias deste governo está muito clara. A conta de energia elétrica no Estado da Bahia aumentou acima do Índice de Preços ao Consumidor. Vejam: a tarifa de energia elétrica, em média, subiu 10,72%. Para as residências, a alta foi de 10,76%; para as indústrias, 10,64%. A indústria teve aumento de 10,64% nas contas de energia. A Coelba atende a 5,7 milhões de unidades consumidoras na Bahia. Vejam quem prometeu!

Um dos motivos da insatisfação do brasileiro para ir às ruas é porque foi enganado, ludibriado com promessas mirabolantes, faraônicas e não cumpridas. Uma das promessas, a conta de energia que agora está subindo feito foguete.

Aqui, no Estado da Bahia, vejam, senhores e senhoras, que subiu o pedágio, um absurdo, uma excrecência. As concessionárias Litoral Norte – CLN e Bahia Norte fizeram reajustes absurdos nas tarifas de pedágio da BA-093 e BA-099. O sistema de *ferry-boat* e lanchas que saem de Salvador com destino às ilhas também sofreu alteração. O aumento autorizado pela Agência Estadual de Regulação, a Agerba, governador Rui Costa, é um absurdo.

Na praça de pedágio administrada pela CLN, os motoristas passaram a pagar, vejam só, 6 reais nos dias úteis e 9 reais nos finais de semana. Isso é um absurdo, um assalto; 6 reais nos dias úteis e 9 reais nos finais de semana e feriados. O valor destinado aos automóveis, camionetes e furgões teve esse reajuste. Também as motocicletas pagarão o aumento para 3 reais em dias úteis e 4,50 nos feriados e finais de semana. Essa é a segunda alteração no valor da tarifa em menos de um ano, governador Rui Costa. Em agosto de 2015 teve outro aumento, na época de 7,57%.

São essas promessas mirabolantes, faraônicas, que não se concretizam, e é isso que revolta o cidadão, é por isso que ele vai para as ruas protestar, é por isso que a maioria dos brasileiros apoia o impedimento da presidente Dilma Rousseff. Alguma coisa tem de ser feita. Ela já mostrou que é incompetente administrativamente. Em nenhum momento subi a esta tribuna para dizer que ela é uma mulher desonesta, que ela é uma mulher desonrada, mas é uma mulher incompetente administrativamente.

O Brasil está mergulhado numa das maiores crises da sua história. É um verdadeiro descalabro administrativo. E agora ela se rendeu ao balcão de negócios, tratando com deputados no varejo, oferecendo cargos e mais cargos, liberando verbas e mais verbas, meu Deus do céu, contrariando aquela Dilma que começou no seu primeiro governo austera, dura, combativa contra a corrupção. Aquela chegou a me encantar, um verdadeiro canto de sereia. Eu disse “meu Deus do céu, deveria ter dado meu voto à Dilma”, ela está fazendo tudo ao contrário do que Lula fez.

Passou, veio a eleição, engabelou a nós, brasileiros, prometeu o que não

poderia entregar, prometeu facilidades, e agora o que estamos vivendo? Uma crise sem precedentes, e ela não tem condições morais, condições administrativas para retirar o Brasil dessa crise. E não tem outro remédio. O *impeachment* é constitucional. Se há esse remédio, por mais amargo que seja, que seja administrado, que seja dado na dose certa e necessária para que possamos voltar a sonhar, para que possamos acreditar que ainda há chance para o Brasil sair dessa crise e dessa situação lamentável em que se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do governo para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente ora em exercício, deputado Rosemberg Pinto, ali chegando o deputado Carlos Geilson, deputado que admiro muito, mas que fez um discurso hoje que eu não entendi nada. Acho que ele saiu com um pouco de pressa de Feira de Santana, ele que é tão assíduo e que faz esse trajeto todo dia.

Cumprimento a todos os deputados e deputadas, cumprimento os nossos companheiros servidores concursados da segurança pública, que aguardam as suas nomeações na segurança pública. Aqui quero comentar um pouco sobre alguns temas. O deputado Jair Bolsonaro, durante todo o seu percurso... Um dos eventos importantes dele, deputada, Luiza Maia, foi quando ele fez apologia ao estupro ao dizer que não estupraria uma deputada, porque ela não merecia. Ele agrediu constantemente gays, lésbicas, e eu não vi, aqui, ninguém se pronunciar em defesa do fascista Jair Bolsonaro. Esse que, ao anunciar o seu voto, fez um louvor ao Carlos Alberto Brilhante Ustra. Quem não conhece esse personagem? Se nesta Casa alguém não o conhece, as mães, as famílias que tiveram os seus filhos assassinados nos porões da ditadura conhecem.

Deputado Herzem Gusmão, foram 505 militantes políticos torturados e 45 assassinados. Sabe o que esse coronel fazia? Introduzia ratos nos órgãos genitais das mulheres presas, jovens mulheres que militavam na política. Era esse tratamento indigno, violento, de uma crueldade impossível de descrever a que eram submetidas, sob o comando dessa figura nojenta que morreu sob condições ainda não esclarecidas.

Então, quando aquele fascista vai ao Congresso Nacional e faz apologia, ele merece o repúdio não só da esquerda, mas de todos os democratas, de toda a sociedade que viveu essa longa noite de 21 anos de ditadura. Quem não passou por isso deveria, pelo menos, ler e ver a história. Tortura! Assassinato! O escárnio, o desrespeito em fazer apologia a isso é crime!

A Bancada Federal da Bahia, orientada pelo governador Rui Costa, teve um dos mais comportamentos mais dignos no Congresso Nacional: foi leal e teve uma posição política coerente. É isso que deveríamos louvar. Isso que é admirável na política.

Reverencio também um baiano que está no Congresso Nacional, o deputado Jean Willys. Esse, sim, é um homem de coragem, de coragem política. Ele não veio de nenhum partido de esquerda, ele apareceu para o povo brasileiro num programa da *Globo*, o *Big Brother*. Nesse programa surgiu esse personagem da mais alta importância hoje, porque ele defende com muita coragem – poucos têm a condição de fazer e não fazer – as minorias, os gays, a diversidade que tem de haver na nossa sociedade.

A tolerância não significa que temos de ser igual ao outro, mas que temos de aceitar os gays, as lésbicas e a condição de ser mulher. Mulher não é para ser estuprada, e o animal que diz isso é um criminoso! Tem de ser punido! Por isso, acredito que é uma irresponsabilidade política, é uma irresponsabilidade cidadã defender esse sujeito, aqui, nesta Casa. Nós não podemos fazer isso, repito, não podemos.

O deputado Fábio Souto, a quem admiro e respeito, aqui também, falou que a presidente Dilma deveria baixar os juros. E todo mundo sabe que a sua agonia começou quando ela ousou ferir os interesses dos financistas deste País e baixou os juros. E o que houve, justamente, foi um nocaute. Os empresários não investiram e guardaram seu dinheiro. E, hoje, fala-se que os empresários têm R\$ 400 bilhões. E, na hora em que ocorrer o *impeachment*, eles vão voltar a colocar o dinheiro no mercado.

Então esse foi o maior erro da presidente, qual seja, justamente ter a capacidade de confrontar e perdeu essa batalha. Então, aí, começou as suas agruras, começou os seus confrontos diretos, começou, de uma forma nunca vista na sociedade brasileira, o ódio e a intolerância.

Nós temos que ter muita responsabilidade para não levar a sociedade brasileira a ao conflito, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo um aparte ao deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Primeiro, quero parabenizá-lo, deputado Marcelino Galo, pelo seu pronunciamento e pela linha de debate que o senhor puxa nesta Casa. Segundo, quando muitos dos que aqui estão fazendo a defesa de Bolsonaro, isso é na perspectiva e na tentativa de camuflar um conjunto de ações que estão na evidência do dia e que a sociedade brasileira pode identificar com muito mais clareza a partir do último domingo e, dentre elas, a homofobia de forma muito clara.

A reação do deputado Jean foi a de cuspir em um companheiro. Acompanhei a fala dele em uma entrevista dada à *Rádio Metrópole* quando ele contou que um deputado segurou a mão dele e o outro passou a mão na bunda dele. Consequentemente, a reação que ele teve, após ser provocado, foi a de cuspir.

Sem nenhuma defesa no contexto, quero dizer que todos conhecem qual é a

linha de pensamento de Bolsonaro. E quanto àqueles que estão tentando camuflar Bolsonaro, isso é numa perspectiva de tentar jogar o tema para debaixo do tapete de um conjunto de sujeiras que vem sendo criado.

Muitos não querem abrir o debate para discutir a condição daquele Congresso que julgou Dilma Rousseff. Muitos não querem discutir isso exatamente porque a grande maioria está relacionada a processos e a indiciados e, conseqüentemente, negociaram, com o presidente da Câmara dos Deputados e com Michel Temer, a possibilidade de abafar a Operação Lava Jato da Polícia Federal no sentido de conter as investigações para, assim, eles se camuflarem ou se ausentarem das suas reais culpas.

O deputado Jean Wyllys tem que ser tratado com respeito, porque é um deputado que assume a sua sexualidade e assume a sua posição. Isso é muito diferente de muitos que estão lá naquele Congresso e em outros ambientes dos quais a gente poderia estar citando mas, ainda, estão ou são camuflados. Esses não tiveram a coragem nem o respeito social de se assumirem.

E, aí, vem o processo de taxação, queimação e policiamento em cima de alguém que tem posicionamento. Estão, hoje, tentando incriminar Jean Wyllys pela reação natural que qualquer cidadão teria ao ser agredido da forma como ele foi. Isso é diferente do que vem sendo conduzido pelo Bolsonaro. E quanto a isso, o senhor já listou daí.

Eu gostaria de dizer que a Bahia, melhor, que esta Casa deve avaliar este caso por outra linha e com muito respeito, porque, atrás deste processo, não está, apenas, o ato de uma cusparada, mas está uma ação perversa de discriminação e de ódio que tem sido criado por muitos.

Então quero parabenizar o discurso de V.Ex^a.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

Quero prestar, aqui, a minha homenagem de forma que esse deputado, um dos melhores deputados do Brasil de hoje, chamado Jean Wyllys. Ele tem a sensibilidade de compreender a essência da vida em sua diversidade e tem a coragem de fazê-lo. Ele foi provocado no espaço em que estava, pois todos viram nas fotografias o ocorrido. E há, ainda, o que aquele bruto escreveu, ou seja, aquele ser humano incivilizado que, na sua vida, só faz pregar o ódio e a intolerância.

Vimos, ali, justamente manifestações ideológicas das mais espúrias e das mais cretinas. O mundo observava abismado o que estava acontecendo. Quando parecia que a sociedade brasileira encontrava o seu caminho e estava caminhando em direção à civilização, eis que vem, de forma grotesca, um dos piores espetáculos de cinismo e de cretinismo.

Aquela foi uma votação ideológica, onde se manifestaram os interesses mais escusos da sociedade brasileira e nunca um julgamento imparcial, sério, repito, nunca um julgamento de um crime que não houve. Mas houve, sim, manifestações das mais obscuras.

Temos que continuar.

E quero, mais uma vez, registrar em alto e bom som!

Viva Jean Wyllys!

Viva a democracia!

Viva a diversidade ambiental e humana!

Liberdade aos gays!

Liberdade às lésbicas!

Liberdade às mulheres!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos; e Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhores policiais e agentes penitenciários que nos acompanham nas Galerias Paulo Jackson, quanto à discussão se houve ou não o golpe, não cabe a esta Casa discutir.

Em minha opinião, quem cometeu o golpe foi a presidente Dilma quando enganou o povo brasileiro com falsas promessas no período eleitoral, pois, logo após tomar posse, ela se esqueceu de tudo o que havia prometido. Ouvi alguns parlamentares se manifestarem de maneira contrária ao julgamento que houve no domingo no Congresso Nacional.

Não nos cabe julgar o comportamento dos parlamentares do Congresso Nacional! Mas este julgamento cabe, sim, à população brasileira. Nós, aqui, seremos julgados, deputado Luciano Ribeiro, pelo povo da Bahia. Temos dois caminhos. O primeiro caminho é o de ficar fazendo discurso político com relação à votação da aprovação do processo do *impeachment*. O segundo caminho é o de defender a nomeação imediata dos policiais civis e agentes penitenciários. (Palmas)

Percebam V.Ex^{as}. o caos em se que vive no Estado da Bahia. Este é o debate que esta Assembleia Legislativa deve travar. É esta a responsabilidade que devemos ter com os baianos que nos elegeram e nos colocaram neste Parlamento para defender os seus interesses.

Vejam as seguintes manchetes: “Conjunto Penal de Eunápolis Registra Terceira Fuga do Ano em Quatro Meses”; “Presos Fazem Buraco e Fogem da Delegacia de Senhor do Bonfim”; “No final de semana, da zero hora de sábado até as 23h59min do domingo, foram 16 homicídios na Região Metropolitana”.

O jornal *Correio da Bahia* traz as seguintes manchetes: “Morre Porteiro

Baleado Durante Assalto em Ônibus na San Martin”; “Jovem de 20 Anos é retirado de casa e executado com mais de 40 tiros.”

V.Ex^{as} querem mais? Basta procurar nas páginas dos jornais que existem muito mais, sem contar os crimes que não foram contabilizados. Nós temos aqui agentes penitenciários, delegados, escrivães, investigadores, todos concursados e treinados pela Academia de Polícia. No entanto, o que esta Casa está fazendo para que a segurança pública do Estado da Bahia melhore?

Neste momento, vejo aqui, deputado Luciano Ribeiro, muitos deputados se omitindo da discussão; muitos deputados deixando de exercer o seu papel e querendo tratar do mandato parlamentar dos deputados federais. (Palmas)

O Estado da Bahia tem um governador que está no exercício do seu mandato, deputado Joseildo Ramos, faz um ano e três meses. Eu sei que o governador Rui Costa é um homem bem-intencionado. Mas não basta ser um homem bem-intencionado, deputado Joseildo, o governador precisa fazer os ajustes necessários do seu governo para garantir aos baianos mais segurança pública.

Nós somos um dos Estados mais violentos do Brasil, e o seu governo vem fazendo vista grossa para a criminalidade que toma conta do nosso Estado da Bahia. Esta Casa Legislativa tem a obrigação de debater esse tema, tem a obrigação de cobrar do governador Rui Costa a palavra que foi empenhada em entrevista coletiva. Ele afirmou, repito, que convocaria, que nomearia os policiais civis logo após o Carnaval. O Carnaval já passou faz algum tempo.

Ontem, fomos ao Tribunal de Contas do Estado, com o Líder da Oposição o deputado Sandro Régis, e lá ficamos surpresos, porque também foi dito pelo governador que faria uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado através da Procuradoria-Geral do Estado. Essa consulta ainda não foi feita. Enquanto isso o povo da Bahia vem aguardando, ansiosamente, por mais segurança no nosso Estado. Os policiais e agentes penitenciários, da mesma maneira, aguardando para poder servirem ao Estado da Bahia.

Essa é a cobrança que devemos fazer aqui nesta Casa. Os nossos eleitores esperam que a nossa postura aqui neste Parlamento, seja de cobrar do governador que ele faça imediatamente a nomeação da Polícia Civil e dos agentes penitenciários. Se não fizermos isso, estaremos abrindo mão da nossa prerrogativa de parlamentar. Não fazer isso e fazer ouvido de mercador é apequenar este Parlamento, é ser subserviente ao governador Rui Costa. E o deputado Adolfo Viana, deputado Sandro Régis, não fará parte dessa parcela de parlamentares que está fazendo ouvido de mercador aos gritos de socorro que vêm do povo da Bahia.

Sr. Presidente Carlos Geilson, finalizo fazendo um chamamento ao deputado Sandro Régis: a nossa pauta nesta Casa tem que permanecer trancada. Nós não podemos negociar absolutamente nada com o Líder do Governo até que o Diário Oficial cante, porque essa é a vontade da maioria do povo da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, observei hoje os discursos dos deputados governistas em relação ao *impeachment*. Nenhum deputado subiu a esta tribuna para debater o Brasil; para debater a crise que o Brasil atravessa na gestão que se finda da quase ex-presidente Dilma. Ninguém debateu aqui, para dizer que o Brasil hoje tem quase 11 milhões de desempregados. Ninguém debateu aqui para dizer que o Brasil hoje atravessa uma crise profunda no sistema de Saúde, no sistema de Segurança, no sistema de Infraestrutura. O que ouvi aqui foram deputados questionando a forma dos votos dos Srs. Parlamentares.

Deputado Luciano Ribeiro, hoje, no Estadão, a manchete é: “O ex-presidente Lula desapontado com os deputados que o traíram”. O deputado Paulo Maluf esteve com o ex-presidente Lula domingo de manhã; o deputado Tiririca esteve com o ex-presidente Lula no domingo de manhã... Se votassem a favor de Dilma eram bons, mas como votaram de acordo com o Brasil se tornaram ruins.

Imaginem vocês a falta de humildade do PT. O PT é incapaz de enxergar um palmo à frente do nariz! O PT é incapaz de enxergar que o Brasil vive a pior crise de desemprego desde que virou República! O PT é incapaz de enxergar que a crise do petróleo é a maior crise de corrupção já vista neste País! Mas nada disso, deputado Fábio, é importante. Eles querem trazer a essa discussão a forma como os deputados votaram.

Um governo que não alcança 30% dos votos dos parlamentares em uma Câmara de 513 parlamentares, o governo só teve 137 votos, é um governo que demonstra que já acabou há muito tempo. É um governo que não tem condições de liderar o País. É um governo que perdeu a credibilidade, porque aquele Congresso representa o povo brasileiro! Quem elegeu o Congresso Federal foram os brasileiros. E o governo se derrama em um mar de corrupção, em uma crise profunda econômica, em uma crise profunda social. E aí começam...

Imagine, deputado Carlos Geilson, deixe-me fazer-lhe uma pergunta: V.Ex^a votou em quem para presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- É que não posso interromper V.Ex^a.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Em Aécio!

Quem votou em Temer para presidente? Quem elegeu Temer para presidente foi o PT, que, naquele momento, para ganhar a eleição, Temer era o maior homem do País, para, junto com a presidente Dilma... E por duas vezes! Elegeu Temer na primeira, tão satisfeito com ele que o reelegeu na segunda eleição. E, agora, Temer não presta! Não presta porque não atende o PT? Temer foi o melhor amigo de Lula! Temer foi o vice-presidente de Dilma no primeiro mandato. Temer foi o vice-presidente de Dilma no segundo mandato. E agora, quando o País entra em colapso com 11 milhões de desempregados, quando lidera todas as capas de jornais do mundo

como País mais corrupto com o escândalo da Petrobras, tudo isso se esquece. Tudo isso se esquece e só vêm aqui debater as formas de como os deputados votaram.

Eu estou aqui muito tranquilo, porque nunca votei no PT e também não votei no Sr. Temer. Se o Sr. Temer hoje é presidente é graças a V.Ex^a, deputado Rosemberg, que é Líder do PT! É graças a V.Ex^a, deputado Zé Neto, que é Líder do PT!

Então, vamos tratar esse assunto com seriedade. V.Ex^{as} saíram de uma derrota fragorosa da Câmara porque não respeitam nem o Brasil nem os políticos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a verificasse a presença de deputados para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pedido de verificação de quórum do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para contraditar, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a desse o tempo regulamentar e convocasse todos os deputados que estão nesta Casa para virem a este Plenário, a fim de continuarmos debatendo a situação do nosso País, da nossa Bahia, enfim, a economia, a política, porque sem dúvida nenhuma estes projetos aqui apreciados serão muito importantes para o desenvolvimento deste Estado. Por isso, peço que acione as campanhas chamando nominalmente todos os parlamentares a comparecer à sessão.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Há um pedido de verificação de quórum do deputado Luciano Ribeiro.

Peço para zerarem o painel por 15 minutos.

V.Ex^a vai falar dentro deste tempo, deputado.

Zerado o painel, marcados os 15 minutos. Atenção, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão, solicitado pelos deputados Luciano Ribeiro e Marcelino Galo!

Atenção, Srs. Deputados, onde quer que estejam, aqui nas cercanias do Poder Legislativo, nos gabinetes, na biblioteca, por favor, compareçam para dar suas presenças!

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

Queria convocar os deputados e deputadas que se encontram na Casa, nos corredores, no cafezinho, nos seus gabinetes. E aproveitar este momento para dar uma satisfação aos concursados que estão aqui na Assembleia, tanto da Polícia Civil como também os agentes penitenciários, que estiveram hoje ao meio-dia no meu gabinete. Sempre os atendo, os respeito muito e acho legítimo o pedido que fazem, obviamente. Não deu para atendê-los porque na hora estávamos em reunião com a Bancada da Maioria e, quando acabou, tivemos uma outra só da do PT. Mas, na hora em que acabou, não mais os encontrei.

Quero dar-lhes uma satisfação dizendo que se encontram na Procuradoria as solicitações que foram feitas pela Governadoria acerca tanto do estudo quanto da legalidade da possibilidade da convocação. Estamos estudando o assunto com relação às vagas reais que possam ser ocupadas inicialmente, para que daí possamos fazer um cronograma de convocação. Não há do governo outro interesse senão o de convocar.

Temos falado aqui das dificuldades atuais. E não é uma invenção, até porque todo cidadão deste País acompanha a difícil situação que todos passamos. A Bahia não está fora disso. Pelo contrário. Mas ela vem se organizando e tem feito um esforço grande em termos de cortes internos de custos em todas as áreas. Agora mesmo vamos fazer - e isto é uma coisa dolorosa - mais outro enxugamento na máquina administrativa do estadual, que tem sido enxugada em todos os seus cantos. Essa iniciativa tem sido tomada para que as contas tanto econômicas quanto financeiras como fiscais possibilitem ao Estado manter o seu funcionamento e o pagamento dos salários dos servidores de forma adequada, mas claro que com algumas dificuldades plenamente observadas.

Então, quero assim dizer a estes senhores, senhoras e jovens que aqui estão que nossa função neste processo de interlocução é exatamente trazer as informações e dar, com certeza, a garantia de que da nossa parte e de toda a Bancada do governo há também o empenho e a cobrança - isso dentro das possibilidades legais e financeiras - para que tenhamos uma solução para esta situação. E uma solução plenamente respeitada por nós, que compreendemos a justeza das vossas reivindicações não só em função dos direitos, do exercício e do esforço de cada uma e cada um que fez o concurso, mas também pela grande necessidade que temos hoje de aprimoramento da máquina de segurança pública, que precisa destes quadros para fortalecimento interno das suas ações.

Então, fica aqui o nosso pronunciamento. E quero mais uma vez convocar para o Plenário as Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram na Casa. Ainda temos 10 minutos para podermos garantir o quórum da presente sessão. Pediria aos Srs. Parlamentares que se deslocassem pra cá.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o deputado Zé Neto.

O centro destas discussões deve ser justamente neste Plenário. O que estamos a

solicitar há quase 30 dias nos microfones daqui é justamente uma posição do governo estadual. E o Líder da Maioria acaba de verbalizar que a Procuradoria já está fazendo o estudo. Fico feliz com esta notícia. Ontem estivemos com o presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, e lá naquela Corte não tem nenhum tipo de consulta formal com relação a esse processo.

Deputado Zé Neto, fico mais tranquilo, já que a Procuradoria-Geral do Estado e nós parlamentares que viajamos por toda a Bahia sabemos a real necessidade da nomeação dos policiais e agentes penitenciários. Fico com a sensação, deputado Carlos Geilson, de que no dia 27, quando teremos uma reunião da Bancada da Oposição com o procurador-geral do Estado, já vamos ter uma decisão, porque hoje, 19, a PGE já está debruçada sobre o assunto. Então, daqui até 27 de abril, tenho certeza de que encontraremos uma solução para a nomeação imediata dos policiais civis e agentes penitenciários concursados.

Parabenizo o deputado Zé Neto porque ele, como Líder da Situação, tem esta obrigação de falar em nome do governo e nos dizer o que o Executivo estadual está fazendo para combater o crime organizado. Volto a dizer que somos o Estado mais violento do Brasil, mas não precisamos dessa marca nem podemos aceitá-la! A Bahia deve ser um Estado melhor aparelhado na área da Segurança Pública.

Agradeço a oportunidade e também mais uma vez ao deputado Zé Neto. Fico com a certeza de que as mudanças que forem necessárias na parte administrativa do seu governo, V.Ex^{as} farão para que dentro em breve os policiais possam ganhar as ruas e tomar conta do nosso povo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, falarão a deputada Luiza Maia por 6 minutos e o deputado Zé Neto, pelos outros 6.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna e, discordando do meu querido deputado Adolfo Viana, cujo Líder nem acatou o seu apelo, acho que o debate da questão nacional esta Casa tem obrigação de fazer. Não tem nada a ver. Acho que isso não anula o debate em apoio aos concursados da Polícia Civil, que precisam de nosso apoio, precisam da pressão nossa junto ao governador, ou a qualquer outra autoridade que seja necessário fazer.

Achei que a fala do Líder Zé Neto me contemplou, mas eu acho que a gente precisa retomar essa discussão, porque a Bahia não é uma ilha e nós não somos isolados do nosso Brasil. E a gente sabe que hoje o Brasil corre sério risco. Não queremos interromper a nossa democracia que conquistamos com muita luta, com muito sangue, com muita dureza. Mesmo quem não viveu aquele período, pode estudar a história e saber o que foram os 21 anos de ditadura militar. Quando começou, ninguém dizia que ia ser aquele horror, não. Hoje é a mesma coisa. Querer vir aqui defender um bandido comprovado como o Cunha, envolvido em corrupção,

que tem contas no exterior! Coisa que a nossa presidente não tem. E não tem nenhum crime, mas ninguém viu naquela Casa, no domingo, se debater o porquê de ela estar sendo impedida. O que tinha ali era toda uma articulação política, todo um golpe político, porque *impeachment* sem crime é golpe! E o golpe está sendo armado, conspirado pelo vice-presidente e pelo deputado presidente da Câmara, o que é uma vergonha para o nosso Parlamento, uma vergonha para o nosso Brasil ter um bandido declarado como Eduardo Cunha comandando um *impeachment* de uma presidente que não tem crime nenhum.

Então eu acho que a gente tem que entender isso. E é muito claro, o que se gesta hoje no Brasil é um golpe, e um golpe apoiado por parte da justiça, pela grande mídia que não se conforma com o que tem acontecido no Brasil de transformação e de inclusão social, e pela oposição e por algumas instituições – como eu já disse – que são usadas e manipuladas, a exemplo de parte da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Não venham com essa de que precisamos, aqui, acabar com esse debate, não. Esse debate precisa ser aprofundado. A Bahia deu um exemplo de democracia. O nosso governador deu um show de democracia e de articulação política, quando foi para Brasília ajudar a fazer o debate e ganhar os nossos deputados, mostrando aos que ainda não estavam enxergando o risco que o País estava correndo e que era preciso a gente não entrar naquela onda. Então, acho que a Bahia foi um exemplo para outros Estados, porque o jogo não está perdido! O golpe está sendo implementado, mas ele ainda não está consolidado! Nós precisamos fazer com que o povo brasileiro, que já diz nas pesquisas que não aceita um presidente golpista, que não teve nenhum voto, e quer tirar o poder de uma presidenta...

Acredito que, se houve erros na condução econômica, na condução política, é uma questão! Só que isso não permite, nem dá o direito a um Congresso reacionário, machista, racista, homofóbico e conservador, que tem 100 deputados da bancada da bala, 100 da bancada evangélica, 100 dos banqueiros, 100 do capital financeiro... Foi essa galera que financiou aquele Congresso. A gente sabia que não viria nada que prestasse dali, porque um Congresso com uma composição daquela... Acredito que tiramos lições de todas as lutas e de todas as derrotas. Depois dessa confusão toda, o nosso partido, os partidos de esquerda e os partidos aliados precisam rever a sua política, a nossa política – melhor dizendo, porque eu também faço parte disso – de alianças. Não dá mais para continuarmos da forma que está! Eu acredito que é preciso fazer a reestruturação, a reposição das forças políticas no Brasil. É preciso fazer a autocrítica, é preciso modificar a política econômica. Isso a gente tem dito desde o início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, quando ela colocou aquele Levi, representante dos banqueiros, para ser o ministro da Fazenda. Isso não poderia dar certo! Dentro do PT havia um núcleo inclusive que pedia em todo lugar o “Fora Levi”, e tinha que sair mesmo.

Então o que nós precisamos é deixar a presidente trabalhar para que reorganize a economia brasileira e que a gente bote o nosso Brasil para crescer e se desenvolver, porque temos potencial para isso, temos mercado, temos condições. Agora, no inferno

que a Oposição, que a Polícia Federal, que o Ministério Público, que o Sr. Moro tem feito neste País e dentro daquele Congresso reacionário comandado por um bandido comprovado, porque Dilma não tem conta nenhuma na Suíça. Dilma teve a coragem de vetar os 70% que o Judiciário queria. Dilma teve a coragem de vetar o financiamento privado, que é outra imoralidade que precisamos corrigir neste Brasil.

Não fizemos... Foi um erro do nosso partido, foi um erro do presidente Lula, foi um erro nosso, da nossa sociedade, deixar a política no Brasil continuar sendo privatizada, deixar a política... O que decide o resultado das eleições é o poder financeiro e econômico, o que está errado.

Acabou meu tempo, um grande abraço e obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Zé Neto, José Cerqueira de Santana Neto, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados que neste momento estão na Casa, senhores que estão nas Galerias, queria chamar a atenção de algumas situações que precisam ser refletidas. Primeiro, no último domingo, o País parou na frente da televisão para assistir a uma cena histórica em nosso País, um golpe moderno, que traz vários elementos: primeiro, o PMDB tenta pela terceira vez chegar ao poder sem eleição, sem ter um candidato para disputar as eleições. Esse partido que, no centro do poder, tem sido responsável por alianças nos últimos governos deste País, e sem esse partido nenhum desses governos conseguiria, evidentemente, êxito, como se espera dentro de um Congresso que, no último domingo, mostrou para o País a sua fragilidade.

Um traidor e um grande armador da política. Um traidor de um projeto que, eleito vice-presidente, ao invés de trabalhar para que esse projeto continuasse a dar certo, trabalhar para nutrir esse projeto, trabalhou para solapar, para destruir esse projeto. E do outro lado, não há imagem mais deplorável neste País nas últimas 5 décadas – aliás, nas últimas 4 décadas, porque na década de 70 já se enfrentava cara a cara a ditadura militar e nos anos 80 foi possível a transição – do que a imagem do Cunha sentado na frente das famílias brasileiras. Isso, de um lado, e do outro lado os deputados que insistiam, num mantra dado por Cunha, em defender suas famílias, defender suas casas e mostrar claramente que estavam ali por interesses muito pessoais.

Esses jamais saberão, de fato, o que é este Brasil que tirou 40 milhões de pessoas da miséria e lhes deu dignidade. Jamais saberão o que é este Brasil onde negros, mulheres, índios, jovens, deficientes tiveram políticas próprias, inclusivas, e um olhar diferenciado.

Dizer que não houve erros, eu não vou dizer isso. Somos um aglomerado de humanos, e no aglomerado de humanos nós temos, sim, possibilidade de errar, os erros são para ser consertados, os erros são para ser criticados, mas não para destruir os maiores acertos da história recente deste País.

Nós não temos nenhum medo desse debate, este debate, com essa Oposição que aí está, essa Oposição que fala hoje em inflação, quando não alcançaremos 2 dígitos, essa Oposição que já foi responsável por inflação de 70% ao ano, essa Oposição que já foi responsável por termos o Brasil entregue ao FMI, entregue ao capital internacional, sem soberania, essa Oposição que jamais saberá, porque não é característica desses que compõem a Oposição, entender o que representa para este País termos 4 vezes mais jovens nas universidades e termos uma cota como política pública, essa Oposição que está cantando vitória agora, mas não sabe ainda o que será com esse bode na sala, esse bode, porque no último domingo, além das cenas vergonhosas que as famílias brasileiras puderam assistir, de situações deploráveis daqueles que deveriam estar representando a população, que deplorável ver o mundo olhar para o Brasil e dizer: “Como um corrupto comanda um *impeachment* contra uma mulher honesta”.

Nós estamos mais do que nunca convictos de que a luta vai continuar, porque as ruas estão se manifestando, aqueles que querem um Brasil democrático, com Estado de Direito forte, um Brasil inclusivo, um Brasil justo haverão de estar ainda mais alinhados, não só ao PT ou não ao PT, mas a este Brasil da democracia, das liberdades, das conquistas sociais e da soberania nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, apenas para registrar uma notícia que acabo de receber aqui pela internet: o vice-presidente da Câmara dos Deputados limitou as ações investigativas contra o deputado Eduardo Cunha, abrindo espaço para a “pizza”, ou seja, para a salvação do mandato do deputado Eduardo Cunha. Fica a nossa tristeza e o nosso repúdio a mais esse...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, isso não é questão de ordem, isso não é questão de ordem, e comunicação inadiável só Líder pode fazer. O que me consta, Sr. Presidente, é que não é nenhum dos 2...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Alex, muito obrigado. Calma, deputado.

O Sr. Alex Lima:- Eu tenho 5 minutos para formular a minha questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não cabe questão de ordem, deputado Alex. O deputado Marcelo Nilo, há pouco, negou, no mesmo sentido, uma questão de ordem, ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Alex Lima:- Eu tenho 5 minutos para fazer minha questão de ordem. Mas, tudo bem, Sr. Presidente, eu estou acostumado com essa forma antidemocrática de ser tratado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, Sr. Presidente, por 6 minutos, o deputado Herzem Gusmão, e por 6 minutos o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, concursados da Polícia Civil, nós estamos acompanhando o nosso Brasil sem governo. O Brasil está à deriva.

Eu vi aqui, acompanhei-os atentamente, os pronunciamentos do Líder Sandro Régis e do Líder Zé Neto. Vejo críticas a Michel Temer, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, um homem sereno, que é capaz de retomar o crescimento do Brasil em 30 dias, porque o País está confiando. Será capaz. Antes de ele assumir, deputado Joseildo, a bolsa sobe, o dólar cai e o varejo reage. O PT está sem rumo. Essas faixas significam, deputado Joseildo, que o governo está sem rumo, lá e aqui no Estado da Bahia. Concursados da Polícia Civil, desde 2013, há também os de 2014, há 1.500 agentes penitenciários sem direito ao trabalho. Uma Bahia que tem o registro lamentável no Mapa da Violência como um dos Estados mais violentos da Pátria, e esses trabalhadores estão aguardando. A Bahia não tem política de segurança pública, isso aí é o retrato do desgoverno lá e aqui.

Eu gostaria de fazer uma pergunta em relação às críticas a Michel Temer. Nós acompanhamos uma eleição, a presidente Dilma Rousseff foi eleita com 30 e poucos por cento dos votos dos brasileiros; o Brasil tem 200 milhões de habitantes, ela teve 54 milhões de votos. Aécio Neves passou dos 50 milhões. A pergunta é a seguinte: se o PMDB, se Michel Temer estivesse com Aécio Neves, quem ganharia as eleições, deputado Adolfo Viana? Ganharia Aécio Neves, deputado. Repito, ganharia Aécio Neves! O PT precisou pingar no PMDB, é a punga da história, governou com o PMDB. E o PMDB há muito tempo deveria ter batido em retirada...

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- V.Ex^a tem o aparte.

O Sr. Sandro Régis:- O caro amigo deputado Herzem Gusmão tem toda a legitimidade para fazer esse discurso. Primeiro, porque foi sempre da ala do PMDB contra o PT. V.Ex^a sempre representou, dentro do seu partido, a ala que não queria o PT nem as benesses do governo...

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- É verdade.

O Sr. Sandro Régis:- (...) V.Ex^a não votou em Michel Temer para vice-presidente; V.Ex^a fez campanha para Aécio Neves, sei disso porque estive em Vitória da Conquista, algumas vezes.

Então V.Ex^a tem a autoridade de usar esse microfone e dizer que quem votou em Temer por duas vezes foi o PT. E V.Ex^a, agora, está tendo a grandeza de reconhecer que Temer reúne todas as qualidades para tirar o Brasil do buraco em que

o PT colocou.

Parabenizo V.Ex^a pelo seu discurso.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Veja bem, em Vitória da Conquista Aécio Neves bateu a presidente Dilma Rousseff. Votei em Aécio Neves, participei de caminhadas com ele. E se Michel Temer tivesse apoiado Aécio, a vitória não seria do PT. O PT precisa de uma bengala, de uma muleta, e agora precisa muito mais, porque está num crepúsculo melancólico no governo federal. E esse crepúsculo vai chegar à Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Prisco pelo tempo de até 6 minutos.

Hoje é Dia do Índio e aniversário do cantor Roberto Carlos, 75 anos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, concursados para agentes penitenciários da Bahia.

Vejo aqui uma discussão desfocada, sem nenhum sentido...

(Vários Srs. Deputados falam concomitantemente ao orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Rosemberg... Um minutinho, deputado Prisco, vamos esperar as coisas se acalmarem. O pessoal que quer falar mais exaltado, por favor, vá para o cafezinho. Deputado Rosemberg...

Eu peço para recompor o tempo do deputado Prisco.

Pois não, deputado. O tempo está recomposto.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, vejo aqui muitas discussões sobre a questão de domingo, da votação do *impeachment*, fato que já ocorreu e não voltará. Está agora só aguardando o seu transcorrer e o que vai ocorrer com o país. Mas eu vejo só a Situação colocar esse assunto como prioridade.

Os deputados que falaram antes de mim colocaram que a situação na Bahia está em estado de decadência total. Ou a Situação finge que não vê, ou não quer falar porque está vendo aqui os servidores que querem ser chamados e não foram até agora por esse governo de forma irresponsável.

No ditado popular e no meio sindical quando você quer enrolar uma categoria, fala o que o deputado Zé Neto falou aqui que o governo está fazendo: encaminha para o PGE, pede um parecer ao Tribunal de Contas e vamos aguardar. Isso é uma falta de responsabilidade. Isso é enrolação, embromação deste governo. (Palmas) Não necessita encaminhar para a Procuradoria-Geral do Estado, não necessita encaminhar para o Tribunal de Contas do Estado. Quem sabe das contas do Estado é o governador do Estado da Bahia que está enrolando, enganado, não só aos concursados, mas toda a população da Bahia.

Dinheiro, hoje, para pagar a inauguração da Concha Acústica num instante surgiu, não precisou pedir informações. Para bancar o Carnaval de Salvador e gastar uma fortuna, num instante surgiu o dinheiro. Para pagar o reajuste dos servidores, fala

que não tem dinheiro. Para disputar a eleição de Salvador com ACM Neto encaminhando toda hora e gastando em propaganda para mostrar que está numa disputa eleitoral aberta e franca não tem dinheiro? Gastou-se este ano 28 milhões em propaganda e menos de 22 milhões em segurança pública.

Esse é um governo irresponsável. Esse governo é coautor dos assassinatos que estão acontecendo na Bahia, nos guetos e nos becos.

É muito fácil um deputado vir aqui falar em direitos humanos sendo que esse governo é o principal executor das vidas que estão sendo perdidas na Bahia, dos policiais que foram assassinados, das vidas que foram ceifadas. Porque esse governo de forma irresponsável nada está fazendo. Não convoca 800 policiais civis e os agentes penitenciários. Temos sete presídios na Bahia prontos que não foram inaugurados com uma desculpa esfarrapada. Mas tem dinheiro para contratar o Reda para substituir contratados.

Outra mentira esfarrapada deste governo. Por que gastar tanto em televisão? Por que não cuidar do povo da Bahia para quem foi eleito? Esse tempo há de acabar como lá em Brasília acabou. Aqui também vai acabar. Essa mentira vai acabar e o povo da Bahia está acordando.

A segurança pública está insustentável na Bahia toda. Todos os dias, a prática é comum e nós passamos até a aceitar isso já, 20 mortes, 25, 30 homicídios no final de semana. E o que esse governo faz? Encaminhou para a PGE e para o Tribunal de Contas darem um parecer. Que parecer? Se é ele quem tem o poder da caneta e amanhã poderia nomear os concursados? Se é ele quem tem o poder da caneta e poderia, simplesmente, fazer o concurso da Polícia Militar e repor a carência de efetivo que há de quase 15 mil homens?

Esse governo nada faz. Brinca com a vida da população da Bahia. Viajou para Brasília preocupado com a bancada, as benesses foram ofertadas para manter o governo no poder. E, aqui na Bahia, como é que está a situação? E, nesta Casa, como é que está a situação? Esse é o governo irresponsável que, simplesmente, enrola e fica empurrando.

Ah, a lei de Responsabilidade Fiscal. É outra mentira deslavada. Para a área da segurança pública não cabe o limite prudencial. É uma mentira atrás da outra. Não fala a verdade. Deveria, simplesmente, ter a capacidade de chamar os concursados, criar uma comissão e dizer: Vamos fazer um cronograma. Será dessa forma e dessa forma. Mas é só enganação mentira.

Até quando a população da Bahia vai aceitar isso? Não tem dinheiro para o reajuste dos servidores. Estamos entrando no mês de maio e o reajuste é zero. Cadê os recursos para os servidores públicos? Todos os sindicatos, simplesmente, estão parados. Nada de virem aqui lutar. Estamos vendo os sindicatos só defenderem o governo Dilma nas manifestações que ocorreram no domingo. Isso é um verdadeiro absurdo. Esta Casa não pode se calar diante disso também.

Quero ver os deputados do governo convocarem, realmente, o governador para que ele se explique publicamente e não vá para a televisão ficar fazendo discurso

eleitoral antes da eleição para prefeito. Temos que ter responsabilidade, cuidar do povo da Bahia. Todo o sangue derramado todos os dias tem esse governo como coautor de cada crime. A Polícia Civil está paralisada, quase 20 anos sem haver um concurso, uma carência efetiva absurda, o governo só fez promessas e enganou. Será que no período eleitoral elealaria que não colocaria os concursados nem da Polícia Civil nem os agentes penitenciários? As fugas estão acontecendo nos presídios, que estão todos sucateados. Houve a inauguração do presídio aqui em Salvador, no Complexo Penitenciário da Mata Escura, e lá estava todo mundo muito bonito para mostrar o presídio. Cadê o funcionamento? Agora, o REDA está lá ocupando o lugar do concursado.

Esse é o governo da farsa, da mentira e da enganação, mas a derrota na Bahia vai chegar também. A população da Bahia pode esperar. Acordem, despertem, porque esse governo só quer enganar, principalmente a vocês que são concursados, porque o limite prudencial não cabe. É mais uma mentira, mais uma enrolação, e estão empurrando para a frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por todo o tempo, Sr. Presidente, falará o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Assembleia*, estamos a debater nesta tarde um dos temas que nos será mais caro na vida democrática deste país. A questão do *impeachment* no presidencialismo não tenho dúvida de que é a solução mais traumática que poderia acontecer. Na época do ex-presidente Fernando Collor, deputado Rosemberg Pinto, havia tacitamente o crime de responsabilidade caracterizado e havia toda uma convergência na sociedade brasileira. E essa convergência, a quase unanimidade, por si só pavimentava o caminho para que as coisas refluíssem e a recuperação do estado de normalidade acontecesse em nosso País.

Desta vez existe uma farsa, o golpe parlamentar. E aí algumas explicações aqui tangenciam esse fato e tratam do momento econômico, das dificuldades macroeconômicas pelas quais o país atravessa, do desemprego – que quando Fernando Henrique entregou o país a Lula beirava a 19%, a taxa de inflação era muito superior, o endividamento interno e externo era também estratosférico. A situação dos pilares de construção da nossa democracia eram outros. E aí – observe, deputado Bobô – um olhar mais atento sobre as escolhas que fizeram os deputados, mais de 100

deputados federais são indiciados, são investigados, são réus e, mais de 90% dessas figuras, votaram pelo *impeachment*, pela admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma.

É essa turma que quer o impeachment da presidente, contra a qual nada se levanta do ponto de vista do crime de responsabilidade, a saber, as pedaladas fiscais. As chamadas pedaladas fiscais comprometem as contas de mais de 16 governadores e “n” prefeitos, principalmente os das capitais brasileiras. Como é que vai ficar o dia seguinte?

Ainda sobre as pedaladas fiscais, sobre as contas de 2015 foi quando aconteceu a mudança de paradigma do TCU e essas contas ainda não foram votadas, e o recurso foi depositado em dezembro de 2015, se foi pago não há crime. E aí observem, é impossível que achemos convergência, deputado Herzem Gusmão, inclusive quero fazer um agradecimento a V.Ex^a nesse instante. Observe essa falta de convergência: 1/3 da população brasileira, hoje, segundo todas as pesquisas, é contra o impeachment da presidente Dilma; menos de 2/3, 61% são a favor do impeachment; 58% entendem que o impeachment não será a solução; 78% rejeitam o vice-presidente Michel Temer.

Quero entender a fala de V.Ex^a. V.Ex^a aqui disse, no alto do seu discurso, que em 30 dias espera que Temer resolva os problemas da macroeconomia do nosso País porque a Bolsa responde a um simples toque, inclusive V.Ex^a falou do comércio varejista em nosso País, que haverá de responder em 30 dias. E isso tudo, como uma varinha de condão, vai mudar os destinos sofridos da Nação brasileira.

E aí, pasmem vocês, quero aqui parabenizar V.Ex^a pela sua sinceridade. Quero dizer como é que o povo brasileiro, deputado Rosemberg Pinto, vai acreditar em Temer se V.Ex^a, que é do PMDB, sequer acreditou nele, nem votar nele votou. Então, se V.Ex^a não aceita, não acredita naquele que foi o candidato a vice-presidente do seu partido, como é que a população brasileira, deputado Herzem Gusmão, vai...

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- V.Ex^a teve todo o tempo do mundo, vai me franquear, tenho que falar sobre algumas coisas e espero tecer alguns comentários, me comprometo com V.Ex^a que no próximo discurso que fizer aqui...

O Sr. Herzem Gusmão:- Trinta segundos.

V.Ex^a vai me ouvir um pouco, fiquei entusiasmado com a vossa fala e quero aqui lhe trazer, com muito respeito, fraternidade e solidariedade essa réplica que acho que tem lugar.

Vou repetir: como é que V.Ex^a, que é do PMDB, traiu a confiança do seu partido, não votou em Temer e quer, em 30 dias, que ele redima as condições macroeconômicas do nosso País? Se V.Ex^a me explicar isso, me sentirei tranquilo, verdadeiramente contemplado.

Continuando e resgatando todo o processo da fala, é muito grave, não podemos brincar com a questão do *impeachment*. Observem o que vai acontecer. A maior parte de quem votou pela admissibilidade do impeachment é a turma que foi financiada pelos conglomerados financeiros, é a turma financiada pelos grandes empresários,

pelo grande capital nacional, pelos ruralistas, é a turma messiânica. Então, essa turma toda não representa sequer...

(Um Sr. deputado solicita aparte ao orador.)

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um minuto, deputado.

(...) Não representa sequer a média de pensamento do povo brasileiro. O povo brasileiro rejeitou em todas as suas manifestações de ruas a presença dos líderes do *impeachment*. Nenhum deles, deputada Maria del Carmen, pode subir num carro de som para se pronunciar perante o *impeachment*, nenhum deles tem a confiança, nenhum deles tem a legitimidade de quem foi às ruas independente de serem eleitores de Serra, Aécio, Alckmin.

Portanto, essa turma quer, de fato, passar o Brasil a limpo!

E o que está por trás deste processo?

Isso não fará com que tecemos loas à hipocrisia de forma nenhuma! Não precisamos fazer isto, porque, no fundo, no fundo, um dos maiores vetores da corrupção brasileira é o financiamento empresarial de campanha. Mas, na próxima eleição, eles não estarão nas regras eleitorais, repito mais uma vez, ele não estarão nas regras eleitorais, porque os corruptos, que nunca conheceram as barras da lei e que nunca foram apontados, estão sendo agora apontados!

No passado recente, o procurador-geral da República era considerado o engavetador geral da República! O crime e a corrupção ficavam debaixo do tapete! As listas das empresas OAS e Andrade Gutierrez e as delações alcançarão gregos e troianos! E, aí, não ficará pedra sobre pedra, repito, não ficará pedra sobre pedra!

Entre nós, aqui, vamos ter de nos ocupar desta situação. Temos mais de 30 partidos com representação neste País, ou seja, aproximadamente 25 ou 27 partidos com representação no Congresso Nacional!

Qual a linha ideológica desses partidos? Quais os programas desses partidos? Qual a discussão programática que se faz nas diversas eleições a que assistimos a cada dois anos?

Precisamos fortalecer os partidos! Precisamos “desfulanizar” a política ao evitar que ela, a política, continue sendo privatizada, utilizando de percentuais que virão, sempre, do Orçamento público ou do OGU ou do OGE ou do OGM englobando os orçamentos de municípios, Estados federados e União!

Então, nós estamos, aqui, no reino da hipocrisia a proclamar, por todo o tempo, o que nós vamos resolver com o *impeachment*! E olhem bem, este é um *impeachment* sem convergência!

Nós estaremos fadados a refletir depois do leite derramado, porque o que virá, sem sombra de dúvidas, é a conflagração nas ruas, repito, assistiremos às conflagrações nas ruas! Este País ficará no leito da ingovernabilidade, porque não é razoável este procedimento, pois não se tipificou o crime de responsabilidade! E, pior, se disse algo que não é verdadeiro! E se disso algo, aqui, que está distante, aliás, muito distante da realidade!

O Supremo Tribunal Federal não se posicionou quanto ao mérito! Repito, o STF não se posicionou quanto ao mérito! Mas o ministro Ricardo Lewandowski, com voto vencido, na qualidade de presidente do Supremo Tribunal Federal, disse, claramente, que o Supremo Tribunal Federal estará aberto a analisar o mérito, ou seja, se existiu ou não o crime de responsabilidade fiscal! Disseram isso Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski! Este último estará presidindo a sessão no Senado da República que julgará a presidente!

Então, nós não podemos levar a discussão sem ir ao cerne destas questões! Nós precisamos avivar a memória de todos aqui sob pena de passarmos ao largo da história como complacentes e como cúmplices de um processo ou, pelo menos, silentes do processo sem que levantemos a voz acerca deste disparate!

Isto é uma vergonha apontada com todas as letras pela imprensa internacional!

O Brasil não precisava estar passando por isso!

Ainda bem que existem os movimentos que trazem o frescor da juventude como a Frente Popular do Brasil! E há, também, o povo sem medo! Esses são as duas grandes novidades ao trazer não só os intelectuais e os acadêmicos, mas, sim, os estudantes com a sua vida, com o seu frescor e com a sua avidez por um clima democrático que nós haveremos de consolidar em nossa jovem democracia!

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu vou discutir o projeto, Sr. Presidente. Falamos muito aqui sobre *impeachment*. Agora, vamos falar sobre o que interessa à Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de adentrar ao projeto propriamente dito, eu colocarei em votação um requerimento de urgência proposto pelo presidente que é para conceder a Comenda Dois de Julho post-mortem ao professor, engenheiro e ex-deputado federal Vasco Neto que completou 100 anos de seu nascimento.

A deputada Ivana Bastos procurou a família de Vasco Neto e comunicou que a Assembleia Legislativa gostaria de conceder a Comenda Dois de Julho post-mortem ao professor e ex-deputado federal Vasco Neto. Ele foi o idealizador da Ferrovia de Integração Oeste Leste há muitos anos. Acho que esta Casa poderia homenagear o professor Vasco Neto.

Se os deputados Zé Neto e Sandro Régis assinarem hoje...

O Sr. Sandro Régis:- Eu não assino.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Se V.Ex^a não assina, eu, por isso mesmo, estou votando a urgência.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes, eu vou colocar em votação a prorrogação da presente sessão.

Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 3 horas permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a prorrogação da presente sessão contra os votos dos deputados da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- O senhor me permite falar?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro, com o maior prazer!

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, a deputada Ivana Bastos merece todo o respeito de nossa Bancada, pois ela é uma companheira exemplar, uma deputada dedicada, uma das deputadas mais assíduas neste plenário; assim como também merece todo o nosso respeito o representante da família Vasco Neto que receberá, em seu nome, a referida comenda.

Mas V.Ex^a, Sr. Presidente, abre um precedente grande aqui na Casa. Quanto ao Título Honorífico de Cidadão Baiano, à Comenda Dois de Julho e aos projetos oriundos de deputados, V.Ex^a definiu que esses projetos seriam votados após irem para a comissão, analisados e votados e qualquer projeto de deputado teria uma data específica para votar.

V.Ex^a abre exceção para atender a um particular.

Quero registrar que há precedentes em toda sessão. V.Ex^a tratou com esta Casa que qualquer projeto, oriundo de deputado, seria votado em um dia da semana e seria votado após...

Eu tenho diversos parlamentares me pedindo isso como os deputados Luciano Simões Filho e Prisco. E eu falei que respeitaria a regra que fez a Mesa Diretora. Se V.Ex^a vir, agora, quebrar esta regra, Sr. Presidente, aí, V.Ex^a abre um precedente para atender a um e, assim, desatende vários que se acham com o mesmo direito de conceder comendas e títulos nesta Casa.

Eu gostaria de que V.Ex^a repensasse no que V.Ex^a está propondo.

V.Ex^a não pode atender a um e desatender a 10.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar para a próxima questão de ordem, eu gostaria de dizer algumas palavras.

Deputado Sandro Régis, eu não assumi nenhum compromisso aqui que se votariam projetos em dia específico. O que eu assumi aqui foi o seguinte: só se votariam projetos que os deputados tomassem conhecimento com oito dias de antecedência. Isso, eu assumi o compromisso!

Foi até o deputado Fábio Souto quem fez o questionamento e eu aceitei o questionamento feito pelo deputado Fábio Souto, porque se dizia que se votava projeto de Título de Cidadão Baiano e, às vezes, não se sabia nem quem era a pessoa. Eu achei a sugestão do deputado Fábio Souto correta, e nós dissemos que só votaríamos o projeto com, no mínimo, 8 dias de antecedência. Primeiro passo.

Segundo. Tudo na vida tem exceção. Esse caso é um caso de exceção. Era para ter sido votado há 30, 40 dias, na semana dos 100 anos de nascimento do deputado Vasco Neto. Inclusive, tinha uma relação muito próxima a ele.

Não estou quebrando regra alguma, deputado. Projeto de Título de Cidadão não dá para passar pelas comissões. Primeiro, que é só uma comissão.

O Sr. Sandro Régis:- Tem vários, Sr. Presidente, na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, deputado, eu não estou... Se V.Ex^a e o deputado Zé Neto assinarem, votaremos 20 títulos de cidadão hoje, se V.Ex^{as} quiserem.

Não estou contra se votar projeto, agora o que não posso...

Respeitei. Inclusive, não cheguei nem a pedir a V.Ex^a, pedi ao deputado Zé Neto, e ele disse que assinava.

A deputada Ivana Bastos foi conversar com V.Ex^a, não foi um pedido meu.

Agora, há de convir que tenho o lado regimental de votar o projeto em regime de urgência.

Não estou quebrando regra, não estou fazendo qualquer deferência à minha querida amiga Ivana Bastos. Tanto é que se V.Ex^a, como Líder da Oposição, quiser colocar um da Oposição eu também coloco. Coincidentemente, é uma deputada da Base do governo.

Não estou fazendo qualquer deferência. Acho que é um caso justo e eu, como presidente da Casa, meu querido amigo, deputado Carlos Geilson, como magistrado, tenho de ver o lado do bom senso. É um caso atípico, uma coisa de...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, nós não estamos contra o projeto, e expliquei isso a Ivana. Apenas quero dizer a V.Ex^a que a minha Bancada tem vários projetos importantes também.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Título de Cidadão, pode colocar! Colocamos hoje.

O Sr. Sandro Régis:- Não, mas não é isso, Sr. Presidente, é a quebra da regra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não tem regra deputado!

O Sr. Sandro Régis:- Mas quebra a regra, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nós não fizemos regra!

O Sr. Sandro Régis:- Na última votação, que deu aquela confusão, V.Ex^a disse que iria escolher um dia da semana para se votar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu concordo, mas V.Ex^a há de convir que só estamos tendo quórum de votação aqui em dia de terça-feira.

Não vou polemizar com V.Ex^a!

O Sr. Sandro Régis:- Só vou terminar o meu posicionamento.

Quero dizer a V.Ex^a que enquanto o governo não sentar com os nomeados a Oposição não assina nem dispensa de formalidades para Título de Cidadão. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado há de convir o seguinte:

V.Ex^a tem todo o direito de ser oposição ao governo, mas V.Ex^a não pode ser oposição à Casa. E está sendo à Casa, porque é um projeto da Casa, deputado, não é do governo.

Com relação ao governo, acho que é um direito de V.Ex^a, e respeito. Fui deputado da Oposição aqui durante 16 anos. É um direito, eu respeito, agora esse é um projeto da Casa, não é do governo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem da deputada Luiza Maia. Ela pediu primeiro; depois, V.Ex^a. Só gostaria de que fossem breves.

A Sr^a Luiza Maia:- Serei breve.

Quero só lembrar que eu e o ex-deputado Álvaro Gomes fomos os principais deputados... Inclusive, havíamos jurado que toda vez que subíssemos a esta tribuna pediríamos a V.Ex^a que colocasse projetos de deputados na pauta de votação das sessões.

V.Ex^a cumpriu esse pedido nosso e de todos os outros. E, no meu entendimento, o que ficou acertado foi que em projeto de resolução não precisaria acontecer o que o deputado Sandro está dizendo, mas que os projetos de lei dos deputados, realmente, passariam pela comissão de que o deputado Fabrício é o presidente. Também concordo.

Agora, para projeto de resolução não houve nada disso. Em várias sessões aqui vimos – inclusive, estava definido, mais ou menos, às quartas-feiras – que se votou vários projetos. E vários projetos de resolução aqui foram votados e aprovados às terças-feiras.

Então, acho que o deputado Sandro está querendo mais aplausos e fica fazendo essa confusão aí.

Concordo com o que V.Ex^a está a dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido amido, deputado Luciano Ribeiro, se possível, seja breve.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Serei breve o bastante para que possa expor minhas ideias.

Primeiro, quero pedir desculpas à deputada Ivana Bastos. Já falamos com ela pessoalmente.

Nós estamos no processo de defesa do povo da Bahia, daqueles que sofrem com a violência todos os dias. E nesse processo é que estamos pedindo a nomeação das pessoas que aqui estão.

Por isso é que o Líder da Oposição não vai assinar.

V.Ex^a também disse que está colocando em regime de urgência por requerimento da Presidência. Não foi isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Da Presidência. Pois não!

O Sr. Luciano Ribeiro:- A minha questão de ordem baseia-se nisso: V.Ex^a não tem a competência regimental de assim fazê-lo. Quem pode é a Mesa, o Líder ou 1/3

dos deputados. Portanto, não pode ser assim. É o que diz o art. 174 do Regimento Interno.

Essa é a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro é o seguinte: estou fazendo como *ad referendum* da Mesa. Deputado, V.Ex^a tem razão, não estou fazendo pela Presidência, e, sim, pela Mesa. Eu tenho o poder de fazer *ad referendum* pela Mesa. Se a Mesa não aprovar a minha proposta, o ato é desfeito. Eu tenho o poder de, *ad referendum*, fazer pela Mesa. E levarei posteriormente...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Só queria que V.Ex^a, por absoluta ignorância, dissesse-me onde consta que pode fazer esse ato *ad referendum* da Mesa.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a que é um advogado brilhante, qualquer presidente pode fazer *ad referendum*. É o bê-á-bá do mundo jurídico. Estou fazendo como *ad referendum*...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Desculpe-me V.Ex^a, não entendo assim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Farei como *ad referendum* e, posteriormente, levarei para a Mesa. Se a Mesa não aprovar, meu *ad referendum* é desfeito.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Aí é o atropelo total a tudo. Desculpe-me.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- De jeito nenhum. Se V.Ex^a quiser, coloco para votação na Mesa agora.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Medida mais correta. Acho que é a medida mais sensata e mais correta.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu aceitarei. Colocarei *ad referendum* na Mesa e marcarei os 25 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria o seguinte: como Líder, gostaria de assumir...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, faço questão de fazer pela Mesa.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Então, coloque.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se, por um acaso, não for aprovado pela Mesa, V.Ex^a pode colocar. Tudo bem. Eu colocarei pela Mesa. Colocarei em votação pela Mesa, marcando os 25 minutos, já que é, realmente, uma questão, para mim, fundamental. Nunca imaginei na vida o presidente de um Poder que trata os iguais como iguais aqui, todos iguais, trazer um projeto que é da Casa, que não é de interesse de governo... Se fosse de interesse de governo, respeitaria. Aliás, sou obrigado a respeitar toda posição.

Colocarei como Mesa Diretora, porque nunca imaginei um presidente da Casa trazer um requerimento para aprovar uma urgência e ser...

Eu colocarei e marcarei os 25 minutos.

Marquem os 25 minutos.

Em votação na Mesa.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, se ele retirar?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se ele retirar, tudo bem. Eu aceito.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pode ser, deputado, retirar a questão de ordem e assumir essa posição...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, colocarei pela Mesa, deputado. Aí, é uma questão de...

Marquem os 25 minutos.

Colocarei pela Mesa.

Primeiro, alguém pedirá quórum na Mesa?

Em votação no âmbito da Mesa. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade pela Mesa Diretora. Deputado Luciano Ribeiro, foi aprovado à unanimidade pela Mesa.

Em votação o requerimento da Mesa Diretora que requer urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 2.416/2016, que dispõe sobre a concessão post mortem da Comenda Dois de Julho ao professor, engenheiro e ex-deputado federal Vasco Azevedo Neto.

Colocarei em votação o requerimento.

Solicito que seja zerado o painel e se marquem os 25 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a votação.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria de que fosse dado o tempo regulamentar para que possamos encaminhar e aprovar esse projeto extremamente importante.

Parabenizo à deputada Ivana Bastos por sua compreensão da importância que teve o engenheiro Vasco Neto para o nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito que seja zerado o painel e se marquem os 25 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram votar marquem as presenças...

(verificação de quórum de votação.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado presidente Marcelo Nilo, para acalmar um pouco os ânimos, deputado Rosemberg Pinto, gostaria de fazer uma sugestão a V.Ex^a e à deputada Ivana Bastos.

Conversei com a Oposição, ela retira o projeto dela e na terça-feira a Oposição votaria...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe, deputado, mas não posso aceitar isso. A urgência será votada. Respeito a todos, mas foi uma desconsideração com o presidente. É um assunto que venho há 60 dias querendo votar, a família me pedindo, é uma coisa diferenciada, não é qualquer título de cidadão. O homem completou 100 anos de nascimento no mês passado e eu não consegui votar.

Nunca imaginei que num projeto de resolução a pedido do presidente, os colegas fizessem oposição. Oposição se faz ao governo, não ao presidente. Não estou criando problema com ninguém aqui, mas foi um ato de oposição ao presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Tudo bem, presidente. Queria contribuir, mas...

O Sr. Adolfo Viana - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sei que V.Ex^a queria contribuir.

Questão de ordem, meu querido amigo deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria falar em nome da Oposição. Gostaria que V.Ex^a não levasse para o lado pessoal, até porque Vasco Neto, ex-deputado, merece, e a Oposição, no momento, irá votar favoravelmente ao mérito do projeto, por entender que ele merece.

Entendemos também que o Estado da Bahia merece a nomeação imediata dos policiais civis e dos agentes penitenciários, e a posição da nossa Bancada é de obstrução total até que o governador nomeie em Diário Oficial ou apresente um cronograma de nomeação para a Bancada de Oposição.

Não se trata de nada contra o presidente Marcelo Nilo, muito menos contra o ex-deputado Vasco Neto. Na hora da votação, votaremos favoravelmente. Mas enquanto o Diário Oficial não cantar, estaremos obstruindo tudo que vier tanto dos deputados do governo, quanto do próprio governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, respeito muito a posição de V.Ex^a, respeito a posição de todos, aliás, sou obrigado a respeitar. Mas este foi um ato contra o presidente. É um direito de V.Ex^a, eu respeito.

Como presidente desta Casa, tenho de analisar o momento oportuno das coisas. Há três ou quatro meses a deputada Ivana Bastos vem me pedindo, e eu sempre postergando. Mas chegou a um ponto tal que não dá para postergar um projeto de resolução de uma comenda a um homem que já morreu, que tem serviços prestados à Bahia. Respeito, acho que vocês podem fazer oposição, faz parte do jogo democrático, mas esse ato foi contra o ato do presidente!

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente! Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é nada pessoal, não! Foi contra o presidente, não foi contra Marcelo Nilo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não é nada pessoal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que foi contra o presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a está entendendo de maneira equivocada. Tenho a certeza de que V.Ex^a, com o passar do tempo, perceberá que não é nada contra o presidente. Até porque não temos absolutamente nada contra o presidente Marcelo Nilo, muito pelo contrário. Nós estamos a favor da Bahia e dos baianos, e tenho a certeza de que V.Ex^a entrará nessa luta, para que os seus eleitores fiquem orgulhosos de tê-lo como deputado e como presidente da Assembleia Legislativa. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, não foi contra a pessoa Marcelo Nilo. Isso não teria nem razão, porque me dou muito bem com todos os deputados, mas foi contra o presidente da Casa. Foi uma obstrução ao presidente do Poder. Claro! Foi o presidente, inclusive, que propôs.

O deputado Luciano Ribeiro fez a leitura do Regimento Interno, eu levei para a Mesa Diretora...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nada pessoal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é pessoal, foi contra o presidente. Fizeram uma obstrução ao presidente. Não podemos tapar o sol com a peneira! Fizeram ao presidente. Fazer obstrução ao governo é um direito, agora, se o presidente da Assembleia Legislativa não pode apresentar um projeto de resolução para uma comenda, paciência! Tudo bem.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. Portanto, o requerimento foi aprovado e o projeto será votado na próxima terça-feira.

Se chegar mais um requerimento, eu coloco em votação. Se chegar qualquer requerimento de urgência de qualquer deputado, eu coloco em votação.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana, meu querido amigo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero lembrar a V.Ex^a que, na última sessão do ano passado, aprovamos aqui mais de 40 projetos. E, na maioria desses projetos, nós não sabíamos nem do que se tratava, e a imprensa caiu em cima desta Casa Legislativa. Então eu acho que V. Ex^a deve ter mais critério para colocar esse tipo de projeto para votar aqui a fim de que tenhamos justamente os oito dias que V. Ex^a falou com o deputado Sandro Régis, e possamos tomar conhecimento do que estamos votando e também para que esta Casa não seja, mais uma vez, alvo de críticas da imprensa, como já houve há poucos meses.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Inclusive o pleito é de V.Ex^a. Se votarmos a urgência hoje, só vai ser votado daqui a oito dias. Eu estou atendendo,

inclusive, a sugestão de V.Ex^a. Eu só estou dizendo que, se qualquer deputado me apresentar um requerimento de urgência, eu boto para votar. Eu não estou fazendo nada demais, estou atendendo, inclusive, a sugestão de V.Ex^a. Certo? Se chegar qualquer projeto aqui, eu coloco em votação, de requerimento de urgência.

Em discussão única e votação o projeto do Poder Executivo que altera a Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos.

Designo a deputada Fabíola Mansur para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, membros das Galerias Paulo Jackson a quem apoio, coube a tarefa de relatar o (Lê) “Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça; de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças; e de Orçamento Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 21.820/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual altera, deputado Aderbal, a Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Apresenta, o Poder Executivo, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto que ora venho relatar, objetivando promover alterações na Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014.

A referida Lei institui, em seu art. 7º, o Fundo Estadual de Logística e Transportes - FELT, vinculado à Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA e de natureza contábil-financeira, destinado 'à melhoria da infraestrutura de logística e transporte do Estado da Bahia, mediante construção, manutenção e recuperação de infraestruturas de logística e transportes.'

Com a proposição busca, o Poder Executivo, "incluir mais fontes de receita que permitam a realização de manutenção preventiva da malha estadual de transportes, garantindo economia e aumento da vida útil das estradas baianas e culminando na qualidade de vida dos cidadãos baianos, compromisso prioritário do Governo do Estado", conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

Com a medida, passam a ser incluídas entre as receitas do Fundo (incisos acrescentados ao § 2º do art. 7º da Lei nº 13.207/2014):

'IV - 100% (cem por cento) do produto da arrecadação proveniente da utilização da faixa de domínio das rodovias estaduais e das respectivas ações de fiscalização;

V - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação proveniente das penalidades aplicadas pelo órgão executivo rodoviário do Estado da Bahia, conforme disposto no art. 21 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

VI - valores provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

VII - transferências do Estado, relativas a 30% (trinta por cento) do produto da receita das taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei nº 6.417, de 31 de agosto de 1992;

VIII - valores provenientes das outorgas de concessões e permissões de infraestrutura e serviços de transporte rodoviário, hidroviário e aeroviário arrecadados pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA;

IX - contribuições de melhoria decorrentes de benefícios advindos a imóveis em razão da execução de obras públicas previstas no caput deste artigo;'

Trata-se, portanto, de proposição de grande relevância para a Administração Estadual, uma vez que virá assegurar mais recursos para esse importante Fundo de Logística e Transportes.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, propondo as seguintes alterações no projeto:

1. Estabelece que a aplicação dos recursos do Fundo esteja vinculada a ações de construção, manutenção, recuperação e sinalização de rodovias; elaboração de estudos e projetos de logística e de transportes e educação no trânsito.

2. Determina que o Fundo tenha seus recursos alocados em sub-conta específica, no caixa único do Estado; que a aplicação esteja de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Estado, com código específico de identificação da sua receita; e que a Secretaria da Fazenda faça publicar, mensalmente, um plano de trabalho da destinação das quantias depositadas no Fundo.

Opino pela rejeição. O inciso I do § 4º do art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, objeto do projeto, restringe as ações à construção, manutenção e recuperação de rodovias, enquanto o caput do art. 7º é mais abrangente ao se referir à infraestrutura de logística e transporte, contemplando assim, além de rodovias, terminais rodoviários, aeroviários e aquaviários sob gestão do Estado, o que impossibilita a sua procedência.

Por sua vez os incisos II e III do § 4º do art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, objeto deste Projeto de Lei, são desnecessários. As ações de manutenção e recuperação previstas no caput do art. 7º da Lei nº 13.207/2014 já englobam o que se refere à sinalização, bem como os estudos e projetos e logística de transporte já se configuram como prerequisites das atividades de construção, manutenção e recuperação de infraestruturas de logística e transportes, já estando inseridos nas ações dispostas.

As ações de Educação no Trânsito serão financiadas através do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias, além dos outros 50% (cinquenta por cento) dos recursos provenientes de multa que não estão destinados ao Fundo, conforme previsto no inciso V do § 2º do art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014,

objeto do Projeto de Lei em questão, entre outros, motivo pelo qual resta improcedente a adição do inciso IV ao § 4º do art. 7º da Lei nº 13.207/2014.

Nesse viés, uma vez concluindo-se acerca da desnecessidade da inclusão dos incisos I, II, III e IV ao § 4º do art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, objeto deste projeto de lei, não há possibilidade de modificação do caput do dispositivo indicado, uma vez que este perde todo o seu sentido lógico. Consequentemente, deve-se manter a revogação do parágrafo mencionado, conforme indicado no projeto.

No que concerne à alteração do art. 2º da proposição, cumpre esclarecer que o Estado da Bahia vem utilizando, em seu âmbito financeiro, o modelo de Conta Única de Movimento, em substituição a Caixa Único, uma vez que a Conta Única garante um melhor gerenciamento das finanças públicas, em que os diversos recursos ingressam na conta bancária, e por meio de gerenciamento contábil dos saldos, são realizados controles de ingresso e liberação dos recursos.

Por outro lado, é vedado ao Poder Legislativo tratar de matéria que atribua a qualquer órgão do Poder Executivo funções ou obrigações, sendo tal competência privativa do Governador do Estado, conforme exposto no inciso XIX do art. 105, bem como no inciso VI do art. 77, ambos previstos na Constituição Estadual. No inciso III do art. 2º da emenda sob comento, há o intuito de atribuir à Secretaria da Fazenda - SEFAZ a obrigação de elaborar e publicar mensalmente um plano de trabalho, afrontando assim os dispositivos aqui invocados.

Ante o exposto, a presente emenda deve ser rejeitada, uma vez que encontra óbice na sua conjectura técnica, bem como vai de encontro a norma constitucional estadual.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2016.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões...

O Sr. Hildécio Meireles:- Pela ordem.

O Sr. Marcelino Galo:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, quero aproveitar a discussão que foi aberta com relação aos projetos de resolução ou projetos de lei de iniciativa de deputados, para cobrar os nossos projetos de lei aprovados no final do ano passado.

Inclusive, o nosso projeto de lei nº 21.734/15, uma matéria de utilidade pública que disciplina a instalação de aparelho eliminador de ar em unidades servidas por ligações de água e esgoto no âmbito do Estado da Bahia, que até hoje não foi

sancionado pelo governador ou promulgado por esta Casa, se for o caso.

Da mesma forma, Sr. Presidente, o nosso nome foi indicado para compor o Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia, em substituição ao deputado Zó, que me disse que era um verdadeiro presente de grego. Mas aceitei e até hoje esse ato não foi publicado.

Como também as senhas do Sistema Mirante, que o Tribunal de Contas do Estado já disponibilizou para esta Casa, que já solicitamos duas vezes, mediante ofício à Presidência da Casa. Até hoje não obtivemos resposta.

Peço uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a fez três pedidos. A verificação de quórum no âmbito das comissões está deferida.

Com relação aos projetos, todos os que o governador devolveu, nós promulgamos. Realmente, não tenho conhecimento de que ficou faltando algum.

Entrarei em contato com a Secretaria da Mesa para me dar toda a informação, porque o governador tem a obrigação de devolver com 30 dias, ou sancionado ou vetado ou devolvido. Pode ter certeza que equacionarei, meu querido deputado Hildécio, esse assunto esta semana.

Com relação à senha, já solicitamos, inclusive sugerimos ao Tribunal de Contas do Estado que desse uma senha à Oposição e outra ao governo. Se V.Ex^a quiser até mando a cópia da correspondência que enviamos ao TCE. Cobrarei.

O terceiro assunto, foi o quórum.

O Sr. Hildécio Meireles:- A indicação do...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A indicação do...? Quem indicou?

O Sr. Sandro Régis:- Eu, Sr. Presidente, indiquei, deu uma cópia a V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- E eu não nomeei ainda, não?

O Sr. Sandro Régis:- Não. V.Ex^a disse até que ia nomear, falou no cafezinho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu procurarei saber onde está esse ofício, peço desculpas a V.Ex^a.

O deputado Sandro Régis, realmente, havia me pedido e eu me passei. Mas procurarei saber onde está esse requerimento e, pode ter certeza, que terei o maior prazer em mandar V.Ex^a lá representando a Assembleia.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Salles:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Marcelino pediu primeiro, depois V.Ex^a.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer quórum no âmbito das comissões, não é isso? Que eu marque os 15 minutos regimentais. Vou marcar. Era isso, querido?

O Sr. Eduardo Salles:- Presidente, eu queria somente, rapidamente, dar um

testemunho, já que a Oposição coloca como condição a questão da votação... É questão de ordem, é questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não, depende do assunto. O que é o assunto?

O Sr. Eduardo Salles:- O assunto é que a Oposição coloca a questão da não votação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não pode. Deputado Eduardo, tomei uma decisão aqui, e o deputado Adolfo Viana foi muito sensível, questão de ordem agora só citando o Regimento inicialmente; só citando o Regimento, porque aí V.Ex^a terá tempo para discursar. Eu gostaria da compreensão de V.Ex^a. Só darei questão de ordem se citar o Regimento. Obrigado pela compreensão.

Deputado Eduardo, só citando o Regimento. Foi uma decisão que, tenho certeza, será aceita por todos.

Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados titulares e suplentes no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há quórum. Aguardarei 14min20seg (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, estão ausentes na Comissão de Constituição e Justiça os seguintes deputados: Luciano Ribeiro, Euclides Fernandes, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Robério Oliveira Robério, Nelson Leal e Sandro Régis. Só estão quatro presentes.

Senhores Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, está faltando quórum: deputados Luciano Ribeiro, Euclides Fernandes, Luciano Simões Filho, Pablo Barrozo, Robério Oliveira, Nelson Leal e Sandro Régis. (Pausa) Com a chegada do deputado Robério Oliveira já há quórum.

(O Sr. Presidente, Marcelo Nilo, procede à chamada dos membros da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo)

Há cinco Srs. Deputados presentes da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, portanto, há quórum.

(O Sr. Presidente, Marcelo Nilo, procede à chamada dos membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público)

Há cinco Srs. Deputados presentes na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, portanto, há quórum.

(O Sr. Presidente, Marcelo Nilo, procede à chamada dos membros da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Há cinco Srs. Deputados presentes da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, portanto, há quórum.

(O Sr. Presidente, Marcelo Nilo, procede à chamada dos membros da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle)

Estão presentes cinco Srs. Deputados membros da Comissão de Finanças,

Orçamento, Fiscalização e Controle, portanto, há quórum na Comissão.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, com os votos contrários dos deputados de Oposição que já estão voltando ao recinto. Portanto, aprovado por maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o meu querido amigo deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, antes de entrarmos na discussão propriamente dita do Projeto 21.820/2016, queríamos, mais uma vez, reafirmar a posição do Bloco de Oposição aqui nesta Casa assumida perante os concursados da Polícia Civil, de que nós obstruiremos toda votação, até que o governo faça um gesto para com eles. (Palmas)

Este é o compromisso da Oposição. Este é o compromisso que estamos aqui a assumir e a praticar.

Em nenhum momento nós da Oposição tentamos adentrar o mérito do projeto que foi aprovada a urgência. Criamos o embaraço porque entendemos que devemos usar do processo de obstrução, já que votos não temos. Devemos usar o Regimento Interno para que a obstrução seja levada a termo. Não há aqui, não houve, não haverá nenhuma posição... porque esse não é o papel do parlamentar, muito menos de nós, que estamos a propor e a discutir.

Não há, portanto, nenhum gesto contra a presidência desta Casa, como aqui se argumentou, como o presidente quis colocar. Há, sim, um instrumento de defesa do nosso mandato, um instrumento de defesa das nossas posições, um instrumento de defesa daquilo que a Oposição se propôs. Portanto, fica aqui esclarecido.

O projeto de resolução que irá conceder a homenagem ao ex-deputado Vasco Neto, a Oposição irá votar no seu mérito favoravelmente, como não poderia deixar de ser em se tratando de uma homenagem a esse grande homem público, que foi Vasco Neto. Portanto, esses esclarecimentos iniciais.

Quero ainda – diante do transcorrer da tarde e dos discursos que aqui foram feitos, na tentativa de querer trazer a este Parlamento as discussões sobre os atos que acontecem no País, que aconteceram no domingo, que estão a acontecer, sobre o *impeachment* da presidente Dilma – reafirmar as posições daquilo que penso, que compreendo e que entendo que seja o procedimento normal. Vi aqui com muita ênfase e confesso que passei por esse procedimento quando fui candidato a prefeito por três vezes contra o PT. E o discurso contra mim naquela época era: “Ele vai assumir e vai acabar o Bolsa família”, “Ele vai assumir e vai acabar e fechar as creches”, “Ele vai assumir e vai cortar o salário dos servidores.”

Tudo isso eu passei nas minhas campanhas políticas. Fui vitorioso e fiz implementar e incrementar aquilo que havia e melhorar e muito as políticas públicas. Melhorei tanto que dentro da política do Bolsa Família recebi o prêmio da ONU, entregue pelo presidente Lula, porque criei na minha administração instrumentos capazes de fazer com que aquelas pessoas saíssem do Bolsa Família para ter uma vida produtiva e independente daquele programa.

Não tenho nenhuma procuração e nenhuma condição política de defender o vice-presidente Temer. Não votei nele, fiz política contrária ao PMDB a minha vida toda, sou do DEM desde quando entrei na vida pública e quero dizer o seguinte: quem escolheu o vice Michel Temer, levou para a televisão, colocou no lado da chapa foi o PT. O PT é que tem a responsabilidade sobre Michel Temer. O PT que já era governante do País, já tinha popularidade e – como se dizia na época: Lula podia eleger todo mundo – elegeu um poste e do lado desse poste elegeu Michel Temer.

A Sr^a Luiza Maia (fora dos microfones):- Golpista

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Quem? Eu ou Michel Temer?

A Sr^a Luiza Maia (fora dos microfones):- Michel Temer, claro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Ah, tá.

(Risos)

Compreendido.

Portanto, quem levou os 54 milhões de brasileiros debaixo do braço, ao lado, foi o PT. O vice, todos sabem, é a pessoa que está ali para substituir o presidente, o titular nas suas eventuais ou permanentes faltas. É para isso que o vice é eleito. É para isso que ele compõe a chapa. É por isso, portanto, que quem tem a confiança da população, quem vai buscar o voto da população deve fazê-lo com verdadeira coerência. Deve dizer: “Olhe, escolhi para me substituir em eventual necessidade um homem de bem, uma pessoa que tem capacidade de tocar os programas que estamos a apresentar à população.”

Me surpreendem portanto aqui hoje aqueles que votaram, que escolheram e que assim procederam dizer que o Michel Temer é uma ameaça à Nação. Dizer que o Michel Temer, que foi eleito junto, não tem voto. Teve os votos. Foi votado. O vice é votado. Ele não é votado individualmente, mas é votado. Não se vota em chapa sem vice, não se registra. O voto é obrigatório. Tanto é que ao se cassar na Justiça Eleitoral – ainda que por ato, vamos supor, de compra de votos – o titular, o vice vai junto, porque foi votado junto. Ele apenas não fica inelegível, como o titular, caso não tenha tido participação direta. Mas o vice quem escolheu foi o PT e não tenho nenhuma responsabilidade com relação a isso.

Por outro lado – e aqui vem a posição que tenho externado nesta Casa com relação à questão do golpe. Ora, atender à Constituição é golpe? Atender aquilo que está escrito na constituição é golpe? Não é. Golpe é você passar por cima da Constituição. Golpe é você ferir os direitos que estão garantidos na Constituição. Aí dizem: “É golpe porque não houve crime!”.

Volto, no meu humilde conhecimento, a dizer o seguinte: existe um disciplinamento que diz que o impeachment é um ato de julgamento jurídico-político. Por isso o seu julgamento – diferentemente do julgamento dos crimes, do julgamento da improbidade que cabem à justiça – foi deslocado para o Congresso Nacional, mais especificamente para o Senado, com a avaliação prévia e aceitação prévia da Câmara de Deputados.

Ora, se a constituição assim o fez é porque quis prestigiar o Parlamento, o

Congresso Nacional ao dizer: “Quem cabe analisar se esse ato aqui narrado nessa denúncia constitui crime de responsabilidade capaz de afastar o presidente da República é o Parlamento, é o Senado Federal, depois da admissibilidade da Câmara.”

A Constituição não quis, meu caro Jurandy, que o Supremo Tribunal Federal fosse o revisor – e assim não poderia fazer, dada a independência dos poderes – dos atos praticados pelo Poder Legislativo. Ao Poder Judiciário cabe apenas analisar se o Legislativo está a cumprir com aquilo que garanta a ampla defesa, que garanta o processo legal. É isso que cabe ao Judiciário analisar dos atos do Legislativo. O mérito, o cerne da questão é o julgamento político; porque, a partir dali, ele deixa de ser jurídico e passa a ser político. Cabe, então, aos deputados a sua admissibilidade com as suas consciências. Eles não são juízes de direito para poder analisar, com a tecnicidade que o Judiciário tem, para dizer se o ato é criminoso. Cabe a ele analisar se aquele ato constitui um crime de responsabilidade dentro daquilo que é a sua avaliação.

E vou citar aqui o exemplo mais clássico do Brasil: Collor de Mello. Quando ele sofreu o impeachment, os atos que foram próprios para dar sustentação ao processo de impeachment foram colhidos de uma ação processual que estava no Supremo e levados ao Congresso Nacional. O Congresso Nacional entendeu que aquele ato era bastante doloso, criminoso, de responsabilidade. Entendeu que caberia o impeachment do presidente Collor e ele foi destituído. Ele renunciou antes, mas o Senado prosseguiu no seu julgamento e consumou o *impeachment* do presidente Collor, entendendo que houve crime, que houve fato determinado e que era passível de impeachment.

Pois bem, esses mesmos fatos que estavam na ação penal no Supremo não haviam sido julgados ainda quando o impeachment ocorreu. Vieram a ser julgados depois, a posteriori. E o que o Supremo Tribunal Federal entendeu? Que Collor não era passível de punição na esfera do Judiciário. O Judiciário entendeu, diferentemente do legislativo, que aqueles atos não configurariam um crime. Daí a distinção entre o julgamento político feito pelo Legislativo, cujos integrantes não foram formados para poder julgar – a função de julgar é uma função derivada do Legislativo, uma função agregada –, e o julgamento feito pelo Judiciário. O judiciário entendeu que Collor deveria ser absolvido pelos mesmos fatos e pelos mesmos atos, e foi! V.Ex^a conhece e sabe disso, pois é da vida pública. É um fato histórico.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Portanto, não cabe aqui essas argumentações para me convencer. Cada um tem o seu posicionamento. Volto a repetir: entender que o Congresso Nacional, pela sua postura na votação, pelo resultado da sua decisão, não tem legitimidade para decidir é um equívoco também. Nós podemos, sim, concordar ou discordar das decisões ali tomadas, mas jamais negar. Jamais negar que o Congresso Nacional tem o poder e tem a soberania de poder julgar! Aqui, desta tribuna, também disseram: “O ministro Lewandowski disse que é passível...” Ora, foi a opinião dele contra a de 8 ministros do Supremo. Outros julgamentos assim já tiveram em Câmaras de Vereadores, com cassação. E é remansosa a jurisprudência de

que não cabe ao Judiciário interferir na questão meritória, cabe na questão procedimental, na questão que fere aquilo que é o devido processo legal e na que fere a ampla defesa.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Darei o aparte a V.Ex^a e voltarei à análise do projeto.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Luciano, V.Ex^a, mais uma vez, ou melhor, como costumeiramente faz, traz mais esclarecimentos para essa questão que imagino, acho que definitivamente está esclarecida. Qualquer tentativa de esconder a realidade desse momento que nós passamos no País é uma tentativa insana, talvez, de querer salvar os afogados.

Essa questão do STF, como V.Ex^a falou, também está clara. Não cabe ao STF julgar mérito de processo de impeachment. É por isso que o nome, inclusive, é julgamento político. Não quer dizer que não se cumpra a lei. Ou seja, para haver o julgamento político, tem que haver o crime, como está tão bem tipificado na denúncia feita pelos 3 juristas de que falei há pouco.

Portanto, eu acredito que, neste momento, o que nos cabe é torcer, é pedir a Deus que o vice-presidente, assumindo o governo, como tudo indica, de fato consiga dar um novo rumo a este País. Isso é o que a população deste País – seja preto, branco, pobre ou rico – está a reivindicar e é o que torcemos e precisamos para o nosso País.

Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Dito isso em preliminar, vamos agora analisar o projeto que aqui está.

O governo criou um fundo em 2014 para atender a logística de transporte rodoviário na Bahia. O resumo é, mais ou menos, esse. No parágrafo 4º do art. 4º, o governo suprime aquilo que já havia no fundo: a exclusividade para investimentos. Neste projeto, ele está tirando a exclusividade desse fundo para investimento em logística de transporte, de recuperação, de construção. O governo está retirando isso. Esse fundo que foi criado seria alimentado com recursos do Tesouro estadual, alocados no orçamento do Estado. Contudo, no orçamento do Estado aprovado, não há nenhum recurso alocado para isso.

E o governo agora, então, tira dinheiro da Agerba, do Detran para aplicar nesse fundo. Muito bem, muito bom, ótima a intenção. Mas ele tira essa questão da exclusividade para investimento. Nós da Oposição estamos fazendo uma emenda ao projeto, no sentido de refazer o que o governo retirou, no sentido de recolocar na Lei, através da nossa emenda, a exclusividade de investimento.

Não acredito que nós deputados vamos votar um projeto sem que isso ocorra. Com tantas estradas precisando de reformas e de construções na Bahia, que nós possamos retirar que esses recursos que vão ser aplicados não se destinem a investimentos exclusivos. Isso é o governo querer resolver seu problema de caixa com o custeio e deixar de atender os investimentos na estrada, numa verba que é

exclusivamente para isso, que é do Detran e da Agerba, os quais são voltados para a construção e reforma de estradas.

Também, aqui, na nossa emenda, a gente tenta melhorar o projeto, no sentido de que ele traga transparência, para que nós possamos acompanhar os investimentos que vão ser feitos com essa verba. Infelizmente, a relatora não considerou essas nossas emendas. O que é lamentável. Nos dias em que estamos aqui a pregar ainda mais a moralidade, a democracia, o cumprimento das leis e o bem aplicar do dinheiro público - uma inserção que pretendíamos colocar no projeto de lei para que a transparência seja permitida para que haja o acompanhamento de todos naquilo que a verba pública irá destinar. Isso fica de forma triste para nós. Queremos apenas lamentar.

E, mais uma vez, os projetos nesta Casa são aprovados em regime de urgência. “É porque tem outros projetos pela frente.” Não tem! Não tem mais projetos! Nós ficamos aqui a semana sem fazer nada, esperando que o governo mande e a base governista aprove mais uma urgência para que nada se discuta, nada se faça neste Parlamento.

Muito obrigado a todos e boa-noite.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado das barrancas do São Francisco Adolfo Viana, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, policiais civis que lutam para poderem ter o direito de lutar em defesa do povo da Bahia, eu queria inciar o meu pronunciamento parabenizando o Líder da Oposição, o deputado Sandro Régis. Não esperava outra postura dele, senão esta de encerrar o diálogo com o Líder do governo, até que o Diário Oficial do Estado da Bahia possa favorecer todos os baianos.

Muito aqui foi dito pelos deputados da base governista sobre o golpe - o que eles chamam de golpe -, que, na realidade, é nada mais nada menos do que um *impeachment* legítimo com a aprovação da maioria do povo brasileiro.

O *impeachment*, deputado Herzem, aconteceu na Câmara e deve acontecer também no Senado, justamente porque a presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. Ela no período pré-eleitoral não apresentou suas propostas, apenas um plano para vencer as eleições feito pelo marqueteiro João Santana. E com esse plano a maioria dos brasileiros a reconduziu à Presidência da República.

Mas depois de se sentar naquela cadeira, deputado Jurandy Oliveira, ficou impossível sustentar as promessas dela. E foi por esse motivo que a população ganhou as ruas e exigiu do Congresso Nacional uma posição firme pelo *impeachment* da presidente Dilma.

Agora quero lembrar que já falei aqui no meu primeiro pronunciamento e volto a dizer na noite desta terça-feira que a Bahia merece a nomeação de V.S^{as} E o povo baiano merece ter a condição de ir e vir com tranquilidade. Hoje isso não acontece

neste Estado. Mas reconheço que o governo do Partido dos Trabalhadores reconheceu, deputado Alex Lima, que era necessário fazer o concurso da Polícia Civil. Este governo do PT, legenda que já governa o nosso Estado há quase 10 anos - 9 anos e poucos meses -, reconheceu que era necessário investir em segurança pública fazendo o concurso da Polícia Civil e capacitando os aprovados nele.

Pois bem. Feito tudo isso, na hora de nomeá-los, eles optam por dar os cargos que deveriam ser dos policiais civis a apadrinhados políticos. Qual é o resultado disso, deputado Luciano Ribeiro? Os números da violência. A Região Metropolitana de Salvador ofereceu à população baiana 16 vítimas! Foram 16 homicídios no final de semana, de sábado para domingo! Pergunto aos Srs. Parlamentares: Será que nós estamos cumprindo com o nosso papel? Posso afirmar a V.Ex^{as}: Não! Não estamos cumprindo o nosso papel!

O que a sociedade baiana espera é que esta Casa resolva o problema da segurança pública. Não que a Assembleia faça ouvidos de mercador e entregue essa responsabilidade apenas para o governador do Estado da Bahia. A nomeação quem faz é o Sr. Rui Costa, mas somos nós que temos o dever e a obrigação de chamar a atenção dele, porque, se é o Legislativo o Poder que deve fiscalizar o Executivo, não resta a menor dúvida de que nós temos de sinalizar a S.Ex^a, de maneira cada vez mais efetiva, para a necessidade imediata da nomeação tanto dos policiais civis como dos agentes penitenciários.

Quando digo aqui que o Estado da Bahia se transformou no destino preferencial do crime organizado, é justamente porque nós não temos efetivo suficiente para combatê-lo. E quando conseguimos com o nosso pequeno efetivo, deputado Prisco, capturar os criminosos, as nossas penitenciárias e delegacias não conseguem mantê-los presos.

Será que nós, deputados de governo e oposição, estamos cumprindo com o nosso papel? Volto a dizer que não! Esta Assembleia custa muito caro à sociedade baiana. E temos de dar resultado. Não há projeto mais importante do que a nomeação imediata dos policiais civis.

O professor José Raimundo, por quem tenho a maior admiração e o maior respeito, na terça-feira passada cometeu uma infelicidade. Disse aqui que, ao procurarem os deputados de oposição, os policiais estariam caminhando para o cemitério. Tenho certeza, deputado José Raimundo, de que V.Ex^a vai fazer um pedido de desculpas.

Foi exatamente assim, deputado. Está gravado.

Tenho certeza, com a grandeza que tem, de que realmente fará esse pedido de desculpas. Mas a maior desculpa que pode dar não aos policiais, não aos deputados da Oposição, mas sim ao povo da Bahia, é entrando em campo. Sabemos que o senhor goza de um prestígio diferenciado com o governador Rui Costa. Então entre nessa luta, deputado, e levante a sua voz, que a sua cidade de Vitória da Conquista saberá reconhecer!

O deputado Herzem, que também é pré-candidato a prefeito de Conquista, já

está fazendo isso da melhor maneira possível. Ajude o Estado da Bahia, entre nessa luta!

Vejo aqui valorosos deputados aos quais tenho muito respeito, como Marcelino Galo, muito competente, a minha amiga deputada Fabíola, Alex Lima, Jurandy Oliveira, Gika, Bobô, o decano e mais experiente desta Casa, o meu amigo Reinaldo Braga, Marquinho Viana, Pastor Sargento Isidório, Robério Oliveira, Rogério Andrade. V.Ex^{as} fazem parte do governo e têm a condição de exigir uma reunião de Bancada com o governador.

A PGE vai receber os deputados da Oposição no dia 27. Se este é o prazo determinado pelo governo do Estado, dia 27, nós aceitamos o prazo, mas não podemos aguardar para o dia 28 justamente porque, de um dia para o outro, nós estamos perdendo vidas.

Mulheres, deputada, estão sendo estupradas. O Estado da Bahia é um Estado inseguro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a está inscrito, deputado Luciano.

Eu volto a dizer aqui que não será nenhum projeto milagroso, e aqui na Casa nós temos vários, que irá resolver o problema da segurança pública no Estado da Bahia. Não será a nomeação dos policiais que irá resolver na totalidade os problemas de segurança do Estado da Bahia. Mas V.Ex^{as} podem ter certeza de que a maior contribuição que podemos dar para o Estado da Bahia no dia de hoje é exigir a imediata nomeação dos policiais civis. São eles que vão ganhar as ruas para proteger as nossas crianças, as nossas mulheres, os nossos trabalhadores.

Eu sei que o governador Rui Costa se empenhou muito com relação ao fortalecimento da bancada federal para que o *impeachment* não passasse. Talvez, no lugar dele, todos aqui nós fizéssemos a mesma coisa, mas já passou. Agora foi para o Senado. Chegou a hora, governador, de darmos prioridade ao que realmente merece ser prioridade: cuidar da segurança pública do Estado da Bahia.

Nós parlamentares sabemos que ficamos imprensados entre a Câmara de Vereadores e a Câmara Federal e podemos legislar sobre temas muitos restritos, a segurança pública é um deles. Não podemos nos omitir dessa responsabilidade.

Deputada Fabíola, peço que V.Ex^a provoque o nosso governador porque ele é governador de toda a Bahia. Mas a nossa bancada de Oposição continuará aqui.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me concede um aparte, deputado Adolfo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Darei, deputada com o maior prazer.

Continuaremos aqui todos os dias. E esse compromisso eu fiz não com os policiais civis, eu fiz com os meus eleitores e com a população baiana. São eles que merecem a nomeação dos policiais civis do Estado da Bahia. E, tenho certeza, de que não existe nenhum baiano em nenhum canto do Estado da Bahia que esteja seguro, do mais rico ao mais pobre, todos nós vivemos num clima de insegurança absoluta.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Os Estados que investiram em segurança pública estão colhendo bons frutos. E chegou a hora do Estado da Bahia compreender de uma vez por todas que o primeiro passo a ser dado para que o povo da Bahia possa ter paz é fazer a nomeação e outros passos nós daremos posteriormente.

Não podemos fazer ouvidos de mercador. Nós não podemos aqui querer agradar o governador do Estado da Bahia desagradando a todos os baianos. Nós precisamos cobrar a palavra do governador. O governador deu a sua palavra de que nomearia os policiais civis após o Carnaval. E eu espero que ele o faça o mais rápido possível.

Vou ouvir com prazer o deputado Luciano Ribeiro. Concedo um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Adolfo Viana, essa luta dos concursados da Polícia Civil V. Ex^a tem tomado a frente, tem sido o líder do movimento na Oposição. Toda a Oposição tem se empenhado nessa luta junto com V.Ex^a. E nós estamos nessa trincheira.

Mas quero dizer, mais especificamente sobre a questão das consultas a PGE e ao TCE, que isso, na verdade, não é argumento. Isso é uma verdadeira embromação do governador, desculpe o termo. Mas é. É enrolação, basta ler.

Hoje, vimos um desfile de jurista aí falando sobre impeachment, sobre crime. Todo mundo conhece a lei, sabe ler os artigos da lei. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz a solução específica sem nenhuma dúvida. E basta o governador ter a vontade política de nomear e ele está calçado e assegurado pela lei.

Então este argumento é muito frágil.

Parabéns a V.Ex^a por abraçar esta causa.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a V.Ex^a, deputado, e agradeço, também, à nossa brava Bancada de Oposição.

Ao mesmo tempo, parabenizo alguns parlamentares da base governista que, mesmo timidamente, têm tomado a palavra em defesa da segurança pública do Estado da Bahia.

O deputado Luciano Ribeiro acaba de colocar que a lei do limite prudencial não é desculpa. E vejo uma faixa trazida, aqui, pelos próprios policiais. Já chamo de policiais mesmo antes da nomeação, (palmas) porque eles foram testados em um concurso e preparados pela Academia de Polícia. Para mim, V. S^{as}. já são policiais e aguardam, apenas, a boa vontade do governador Rui Costa. (Palmas) O Estado não renova o quadro da Polícia Civil há quase 20 anos. Logo, chegou a hora de fazermos isso.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou ouvir, com prazer, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizar V.Ex^a por trazer esta matéria, porque se tem algo em que estamos irmanados, Bancada de Oposição e Bancada de Governo, é sobre a necessidade da priorização da segurança pública e da necessidade do chamamento de todos os concursados. Quando nós, da

Bancada de Governo, também, nos incorporamos a esta luta em respeito aos concursados, não é só usando isso, mas é, também, fazendo, à nossa maneira, este diálogo com o governador.

V.Ex^a tem a sua posição. V.Ex^a faz um papel importante de pressão. Lembro que já tivemos uma pressão aqui com os defensores públicos. Não sei se V.Ex^a se lembra. No início desta legislatura, havia 17 defensores públicos que já tinham prestado o concurso público e precisavam ser chamados, melhor, nomeados. O concurso, inclusive, estava perdendo a sua validade. E nós nos juntamos, ou seja, cada um em seu papel. A Oposição fez o seu papel de pressão. E nós fizemos o papel de diálogo.

Tive a oportunidade de falar com o governador junto ao Líder Zé Neto. E ele tem, sim, a vontade política de fazer. Mas, logicamente, há toda a dificuldade financeira para fazê-lo.

No entanto, quero me incorporar a esta pressão. Não é porque estamos na Base do governo que não façamos pressão por aquilo que é justo. Vários deputados da Base do governo estão, lá, pedindo pelo chamamento.

Estamos pedindo não só que isso seja esclarecido na PGE – acho isso importante até para tirarmos esta parte desta área – e, também, há uma lista de aposentados, quais sejam, aqueles cujas vagas já estão, iminentemente, transparentes e necessárias para que eles nos apresentem para voltarmos a argumentar.

De forma que queria me incorporar a esta sua luta, pois esta é uma luta de todos. Gostaria de me incorporar, me solidarizar e dizer que, sendo uma deputada da Base do governo, continuamos, sim, também, pressionando, porque segurança pública é prioridade. E o chamamento de concursados não só valoriza como também é uma necessidade para toda a população.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço, deputada.

A Sr^a Fabíola Mansur:- E quero parabenizar sobretudo eles que vêm aqui demandar a nossa ajuda e a ajuda desta Casa, pois este o papel da Casa do povo. Podem ter certeza de que estamos irmanados, todos os deputados, tanto os da Oposição que fazem um excelente trabalho, como os do governo também. (Palmas)

Muito obrigada pelo aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e incorporo as suas palavras ao nosso pronunciamento. Parabenizo, também, pela coragem de V.Ex^a.

E é isto o que a população baiana espera desta Casa. Somos unanimidade. Somos 63 parlamentares. Se estamos aqui é porque o povo da Bahia nos confiou esta responsabilidade. E o povo da Bahia, de um modo geral e absoluto, exige a nomeação dos policiais imediatamente. (Palmas)

O Poder Executivo não pode fazer ouvido de mercador para 63 parlamentares. Isso é desrespeitar a população baiana. Vejam, neste momento, esta Casa representa toda a população baiana do Estado da Bahia. Não existe um parlamentar que discorde da nossa luta, deputada. E é por este mesmo motivo que o governador tem de nomear os policiais civis. Não dá mais para esperar, porque o preço que estamos pagando é

muito alto.

Quanto vale uma vida? Quanto custa uma vida?

Estamos perdendo centenas de vidas. O ajuste precisa ser feito. O governador tem que ter a grandeza de ajustar a sua administração e dar a vaga aos policiais. O governador tem que ter a grandeza de cortar os cargos dos apadrinhados políticos e compreender, de uma vez por todas, que segurança pública é uma prioridade.

Não podemos brincar com a vida das pessoas. Fazer isso é abrir mão das nossas prerrogativas; é não honrar o nosso mandato; é não honrar o Estado da Bahia. Não adianta uma parcela desta Casa cobrar do governador e a outra parcela cruzar os braços. Temos de fazer isso unidos, deputada Fabíola Mansur, cada um à sua maneira, mas fazermos.

A nossa luta só pode parar quando a nomeação acontecer no Diário Oficial. Este é o compromisso que temos de fazer. O governador começou a se manifestar. Vamos continuar a provocar não só nesta Casa. Porém, a partir de agora, toda a sociedade baiana, também, tem de se manifestar.

O movimento *Vem Pra Rua* está aí para mostrar que o povo está acordado e o povo da Bahia não vai aceitar viver na insegurança que vive hoje o nosso Estado. Exigimos a nomeação dos policiais. E a nossa luta só vai parar quando o Diário Oficial nomear os agentes e policiais civis concursados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muitas palmas calorosas.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Soldado Prisco):- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana.

Para discutir, com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, fico, aqui, a imaginar o que leva certos deputados desta Casa a estarem tão nervosos. Deputado Adolfo Viana, havia deputados nesta Casa que tinham uma tranquilidade. Havia deputados que brincavam conosco. E, hoje, eles passam a ter uma atitude agressiva em relação à Bancada de Oposição.

Não consigo compreender esta mudança de personalidade. Não vejo, neste momento, deputado Luciano Ribeiro, nenhum fato que alterasse o metabolismo desses cidadãos. Não vejo por que esta agressividade de deputados do governo contra os deputados de Oposição! Querem nos proibir de falar!

Não podemos sair do plenário um segundo que já dizem que é golpe. Se a melancia acaba aqui no cafezinho, é golpe da Oposição. O golpe virou obsessão na cabeça desse pessoal. Tudo, agora, é golpe! Se o cara acorda e a empregada não coloca o café, é golpe da empregada. Estão banalizando o golpe! Se o trânsito está grande, é golpe. Se faltou médico, é golpe. Se o avião atrasou, é golpe. Tudo, agora, é golpe.

Não sei o que está acontecendo. Gostaria de que vocês me explicassem pois

não consigo entender.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Estão inscritos os deputados Luciano Ribeiro, Fábio Souto, Sidelvan Nóbrega e Herzem Gusmão. Depois desses quatro, eu atendo V.Ex^a, deputado Alex Lima.

Não sei por que esta obsessão pela palavra golpe.

Imaginem os concursados que fizeram o concurso, passaram no concurso, fizeram academia, estão aptos a assumir e o governo não os chama para trabalhar. Aí, não é golpe! (Palmas) Aí, é limite prudencial! Repito, aí não é golpe! Mais uma vez, eu digo que aí não é golpe! (Muitas palmas.)

A Bahia está vivendo esta violência. Hoje, o Estado da Bahia, proporcionalmente, é o mais violento do País, pois morre-se mais gente na Bahia durante o final de semana do que nas guerras santas. E, mesmo assim, o governo não chama os concursados. E isso não é golpe!

Agora, golpe é, deputado Sidelvan, a abertura de um processo de *impeachment* para um projeto de poder que leva 11 milhões de brasileiros ao desemprego, para uma presidente que comete crimes fiscais e econômicos, que comete pedaladas; um *impeachment* a respeito do qual o Supremo Tribunal Federal atesta que é legítimo, que em uma Câmara com 513 parlamentares, 367 votam a favor, que em qualquer pesquisa popular, mais de 70% do Brasil são a favor, aí é golpe.

Para verem que o golpe ficou a critério de quem recebe e de quem dá, Collor de Mello, lá atrás... Deputado Luciano, deputado Fábio, escutem, vocês não vão acreditar: hoje, na reunião de Líderes do Senado Federal, o senador Lindbergh Farias disse que foi um absurdo o processo contra Collor de Mello, que, segundo o senador, sofreu o *impeachment* de uma forma abrupta, comandado pelo PT.

Imaginem V.Ex^{as}...

O Sr. Presidente (Adolfo Viana):- deputado Alex, há um orador na tribuna. Vamos manter nível do debate.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) o senador Lindbergh Farias, do PT, disse que foi um absurdo o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello! E alguns deputados, mais do que petistas, vêm a esta tribuna para questionar o “golpe”...

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Imagine, presidente, Lindbergh Farias, líder dos cara-pintadas, senador do PT, disse ao presidente Renan que o Senado não pode cometer o erro que cometeu no *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Depois disso, deputado Herzem, cai qualquer discurso, não tem mais nenhuma condição de se

dizer o que é golpe ou não. O Lindbergh Farias inocentou Collor de Mello! Eu, sinceramente, não tenho nem palavras para dizer...

O Sr. Alex Lima:- Conceda-me um aparte, Excelência.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a está inscrito. Primeiro falarão os deputados Luciano, Fábio, Sidelvan, Herzem e Adolfo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Meu Líder Sandro Régis, V.Ex^a, com o brilhantismo e com a forma que se coloca neste debate, demonstra por que é Líder da Oposição, Bloco que tem coesão, firmeza e lealdade em tudo aquilo que nós discutimos e apresentamos aqui.

Dentro deste tema que estamos discutindo, o *impeachment*, acreditamos que todos os esclarecimentos a todas as questões já foram dados. E V.Ex^a foi muito feliz quanto a isso. Vemos que é uma forma pré-determinada para começar a fugir do debate. E tudo é golpe, golpe, golpe, golpe, e que a sociedade baiana e brasileira não atenderão.

Parabéns, pelo seu pronunciamento.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Eu agradeço-lhe, deputado Sandro Régis.

E V.Ex^a coloca, aqui, uma questão: que nós, deputados da Bahia e os deputados federais do Brasil temos de parar de fazer discurso político e encarar a realidade dos fatos. Eu disse, aqui, anteriormente, que a situação da presidenta Dilma, hoje, é pelo conjunto da obra, deputado Sandro. Não é pelas pedaladas, não é pela corrupção na Petrobras, não é pela falta de habilidade política, é por uma série de coisas. Foi um processo de decadência política que culminou naquela votação de domingo.

Mas, como eu disse anteriormente, a classe política tem de ter responsabilidade para olhar para o dia seguinte. Seja com a presidente ou sem a presidente temos de fazer um pacto nacional pelo Brasil. Na situação econômica que vive, hoje, o Brasil não suportará mais 2 meses nessa situação. São quase 11 milhões de desempregados, é a taxa de juros mais alta do mundo.

Hoje, li que 20% das pessoas que tinham planos de saúde particular pararam de pagar. No ano passado, 45% das pessoas que compraram casas próprias tiveram que devolver as suas residências, deputado Luciano.

Então, isso é muito triste.

A classe política está em uma briga entre aqueles que apoiam o *impeachment* e aqueles que não apoiam o *impeachment*. Mas quem está sofrendo, deputado Sandro Régis, é o povo brasileiro. Esse está sofrendo como há muito tempo não sofre. Está tendo dificuldade para pagar a água, a luz, a escola do filho, o condomínio. Isso é o que, realmente, como político, preocupa-me. Preocupo-me em como fazer para sairmos dessa situação em que o Brasil se encontra, situação de gravidade absoluta em relação à nossa economia.

Então, V.Ex^a faz um discurso muito característico seu, um discurso que coloca as questões do ponto de vista de que alguns grupos políticos têm de parar de bater

numa tecla só e encarar a realidade dos fatos, fazer uma autocritica. Todos os grupos políticos já erraram, têm uns que erram menos, outros que erram mais. Mas, efetivamente, é uma realidade que os erros da administração da presidenta Dilma foram muitos.

Então, acho que essa decisão, se ela sofrerá *impeachment* ou não, está nas mãos do Senado. Os deputados que concordam ou não terão que respeitar a posição tomada pelo Senado. Temos que ter a consciência de estarmos juntos para recuperar o Brasil.

V.Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

E agora eu estou preocupado com Nei e Priscila, porque se fizer uma verificação de quórum e faltar um deputado foi golpe de Nei. Se fizer uma verificação de quórum e cair a sessão é um golpe generalizado de Nei e Priscila. Porque só falta a Bancada do governo dizer isso. Faltou deputado, é golpe de Nei. Faltou mais de um deputado, é golpe de Nei e Priscila.

É dessa forma que eles estão tratando o assunto, em vez de encarar a questão com seriedade, em vez de ter, deputado Herzem, a humildade de reconhecer e dizer: “Nós erramos, nós prejudicamos o País. Temos de ter a capacidade de saber que, infelizmente, com má-fé ou sem má-fé, cometemos um crime, que a presidente cometeu um crime. Que uma presidente que não tem 172 votos não tem mais condições de liderar o País!”

Mas, não, eles usam... Eles são igual a menino de 3 anos de idade quando aprende a falar papai e mamãe. Só falam, agora, golpe! Não têm argumentos para ir para a discussão.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não têm os argumentos para dizer...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado Sandro Régis.

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) porque o Brasil, hoje, tem 11 milhões de desempregados.

E aprenderam a palavrinha golpe, tudo é golpe!

Se o leite está frio, é golpe, se o leite está quente, é golpe!

Com a palavra o deputado Herzem Gusmão. Depois, Sidelvan, Adolfo e Alan.

O Sr. Herzem Gusmão:- Caro Líder, deputado Sandro Régis, quero agradecer-lhe pela gentileza...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Alex também está inscrito. Ele foi o último a pedir.

O Sr. Herzem Gusmão:- (...) e pela belíssima explanação.

O deputado Sandro tem falado, aqui, realçado:

(Um deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, garanta a minha palavra, por favor!

O Sr. Herzem Gusmão:- (...) “Olha, deputado, esse debate aqui não é o debate lá fora.”

O professor Rubem Alves sempre disse o seguinte: “A democracia é uma obra de arte e para que ela se concretize o povo precisa saber pensar.”

Olha, deputado Sandro Régis, o povo está sabendo pensar!

Esse divisor de águas, esse marco histórico aconteceu em junho de 2013, quando o povo brasileiro foi às ruas contra, principalmente, o governo e o PT.

É verdade que sobrou para a classe política, mas é verdade que o alvo principal foi o governo da presidente Dilma e o Partido dos Trabalhadores.

Olha, deputado, para encerrar o aparte, pelo que lhe agradeço. Uma coisa é você ler sobre o golpe, ler na história, e muitos aqui conhecem o golpe de ouvir falar.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Ou no marketing: É golpe!

O Sr. Herzem Gusmão:- É verdade!

V.Ex^a deve ter visto, deputado Zé Neto, o golpe, porque sua terra tinha Chico Pinto. Na sua terra a *Rádio Cultura* foi cassada pelo golpe. Silenciaram a *Rádio Cultura*.

Aqui, em Salvador, Virgildásio Senna. Em Ilhéus, Herval Soledade. Em Conquista, Pedral foi preso. Foram 20 anos. Pedral, Raul, Prof. Everardo.

Eu vi o golpe, vi os jipes e os soldados do Exército tomarem a Praça da Normal, em Vitória da Conquista. O Congresso Nacional foi fechado, Líder, com o AI-5. Muitos bateram em retirada, como João Goulart, Waldir Pires, Brizola. Vladimir Herzog foi morto em 1975. Isso é golpe!

O Congresso está aberto, os deputados estão decidindo no voto, sem canhão, sem tiro. E esse debate aqui...

O povo brasileiro, lá fora, está tendo o discernimento que Rubem Alves estava prevendo. O povo sabe pensar, a democracia é uma obra de arte!

O PT, amigo do governo venezuelano, colombiano e também de Cuba, apoiando ditaduras na América do Sul.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Verdade, bem lembrado!

O Sr. Herzem Gusmão:- Eles precisam aprender, tomar uma aula do que, verdadeiramente, é democracia, porque eles não sabem, não vivenciaram...

Só para fechar, Líder. Eu gostaria apenas de falar o seguinte: eu sou um homem livre. E por ser livre, tive a independência do PMDB histórico de Conquista, que comandou as oposições durante 30 anos. Essa mesma liberdade aprendi como jovem. E tive o discernimento de escolher Aécio Neves para não votar no PT, para não votar em Dilma Rousseff. Minha cidade entendeu. Talvez os deputados do PT não entendam: Zé Neto...

(O Sr. Deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Não votei. Claro! Estaria votando... Esse erro, eu não cometi. Este erro de votar em Dilma Rousseff, eu não cometi.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, a palavra está com o deputado Herzem. Por favor, garanta a palavra do deputado Herzem, presidente.

O Sr. Herzem Gusmão:- Esse erro, não cometi. A minha cidade, Vitória da Conquista, sabe e avalizou. Quero, deputado Zé Neto, é o aval da minha terra, e não o aval dos deputados do PT. Muito obrigado, presidente.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Concedo um aparte ao meu deputado, amigo, de um partido que brilhou em Brasília com 100% a favor do povo do Brasil e contra o PT. Meu amigo Sidelvan Nóbrega, o PRB orgulha a Nação brasileira.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Obrigado, deputado. Gostaria de que o presidente garantisse a minha palavra no aparte. Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, meu Líder, que faz um brilhante discurso nesta noite e traz à tona essa frase tão repetida pelos deputados do PT, pela militância do PT, no nosso País. A frase que diz que é um golpe, que nós, da Oposição, estamos dando um golpe neste País. Mas não é golpe quando se abre a revista Veja e se vê que a empresa Odebrecht demitiu 70 mil trabalhadores. Não é golpe quando se olha para este Plenário e vê a luta dos policiais civis que estudaram, que perderam noites, que depositaram toda a sua esperança de vida em um concurso público, passaram, e o governo do Estado, deputado Sandro, mais uma vez, mente para esta Casa, mente para a imprensa, dizendo que faria uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado, e nem sequer chegou algum pedido lá. Por isso, quero parabenizar V.Ex^a e dizer que esta Casa continuará trabalhando para que este Estado seja respeitado e para que esta Casa seja respeitada.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero pedir desculpas ao deputado Alex Lima, porque o tempo não permite mais o aparte. Se tempo houvesse, eu daria um aparte a V.Ex^a.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, estamos tendo a oportunidade, e já vou citar o art. 96 para deixar claro qual será a minha questão de ordem. Estamos percebendo o seguinte: estamos tratando de um projeto de lei que será apreciado pela Casa, estamos tendo a oportunidade de discutir a nomeação dos policiais civis, dos agentes penitenciários, e é muito importante que o nosso Plenário esteja lotado para ouvir o pronunciamento do nosso deputado e futuro prefeito de Vitória da Conquista, Herzem Gusmão. Por esse motivo, solicito de V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Que seja dado o tempo regulamentar para que os deputados se locomovam. Peço que durante o período de contagem do tempo me seja concedida uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Que se marquem os 15 minutos regimentais. Verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Verificação de quórum de continuidade da sessão ou de votação?

O Sr. Adolfo Viana:- Continuidade da presente sessão. Quórum de votação só se estivéssemos em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Obrigado, Sr. Presidente...

O Sr. Zé Neto:- Eu pedi questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- A palavra está comigo, deputado Zé Neto. Espere a oportunidade para logo, logo fazer uso da palavra também.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção de V.Ex^a...

O Sr. Zé Neto:- Eu pedi a questão de ordem...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Voltem o tempo do deputado Adolfo Viana, pois eu deferi a questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Muito bem, Sr. Presidente, garanta a ordem no Parlamento.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, deixe-me dizer uma coisa: eu pedi que me desse a primeira questão de ordem depois que se abrissem os 15 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, garanta a minha palavra.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a marcou os 15 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Estão correndo. Já são 13...

O Sr. Adolfo Viana:- Os deputados que estiverem na Casa irão aparecer, deputado Zé Neto. Não cabe ao presidente da Casa fazer o trabalho que sua assessoria deve fazer.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Foi solicitado, querido, é regimental.

O Sr. Adolfo Viana:- Nunca vi um parlamentar fazendo uso da sua questão de ordem e sendo interrompido por 2 ou 3 parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Retomem o tempo de 5 minutos da questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Obrigado, Sr. Presidente. Fazendo uso da minha questão

de ordem, gostaria de pedir a V.Ex^a...

O Sr. Zé Neto:- Retome os 15 minutos também, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a está tumultuando a sessão, deputado Zé Neto.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- Precisamos seguir o Regimento. No momento em que um parlamentar que preside a sessão concede uma questão de ordem, o deputado que solicita tem 5 minutos para formulá-la.

O Sr. Alex Lima:- Tira o PMDB da presidência senão termina em golpe.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alex, V.Ex^a deve respeitar os seus colegas. V.Ex^a não pode transformar esta Casa em lugar de brincadeira.

O Sr. Alex Lima:- Não é brincadeira, não, deputado Adolfo Viana. V.Ex^a tem de respeitar o Regimento.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quem está com a palavra? Cheguei aqui agora.

O deputado Luciano Simões Filho é obrigado a dar presença, pois estava presidindo.

Deputado Adolfo Viana com a questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, precisamos manter o mínimo de ordem aqui, deputado Alex Lima. V.Ex^a não pode tratar seus colegas dessa maneira. V.Ex^a é um deputado elegante. Apesar de primeiro mandato, V.Ex^a é um deputado de grande experiência.

Vou declinar da minha questão de ordem para ouvir o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço ao meu querido amigo deputado Luciano Simões Filho, que estava presidindo corretamente, com a verificação de quórum solicitada pelo deputado Adolfo Viana.

Já há quórum.

O deputado Luciano Ribeiro está tirando a discussão de todos. Como Líder, ele tem direito. O Líder Sandro Régis estava aqui presente, e o Vice-Líder só assume a Liderança quando o Líder não está presente. Em deferência a V.Ex^a, pela sua história, vou deferir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Marcelino Galo para falar pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa, imprensa, hoje, aqui, aprovamos um projeto, de iniciativa da deputada Ivana Bastos, muito importante para o nosso Estado, fazendo uma homenagem justa e necessária ao engenheiro tão importante para a história do nosso Estado, que é o Vasco Neto.

Essa homenagem vem no centro de uma conjuntura de um País como o nosso onde a engenharia brasileira vem sendo atacada. E, aí, podemos citar o exemplo da

Operação Mãos Limpas, que aconteceu na Itália, em que o que se investiga são as pessoas, porque os crimes são cometidos pelas pessoas, não pelas instituições. E o ataque vem sendo feito à engenharia nacional, um patrimônio construído pelo povo brasileiro. E aqui citamos que entre as 30 maiores obras hoje realizadas no mundo, 10 têm a participação de empresas brasileiras, construída com tecnologia do nosso povo, dos trabalhadores e também com a inteligência do empresariado nacional.

Precisamos debater aqui também para ver o que está por trás, no fundo, porque há interesses internacionais em sufocar, em combater, em tirar do mercado essa engenharia que é praticada lá fora e que tem um valor fundamental para a sociedade contemporânea e que também orgulha a todos nós brasileiros já que empresas nossas estão construindo nos Estados Unidos, no Oriente Médio, na Europa...

A Sr^a Maria del Carmen:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Ali, há obras da maior relevância. Por isso a gente tem que tratar esse assunto com muita responsabilidade, porque uma coisa é apurar crimes cometidos por pessoas, e outra coisa é atender aos interesses do imperialismo, que tenta sufocar e tenta acabar com a nossa engenharia. Temos que discutir isso aqui.

E a deputada Ivana Bastos, que neste momento não está no Plenário, foi muito sábia, porque temos que associar justamente, deputada Maria del Carmen, que é também engenheira e que sabe as dificuldades neste momento que temos que vencer....

Eu gostaria de dar um aparte a V.Ex^a como solicitado, porque isso é regimental e fazer debate sem conceder aparte é muito difícil.

Com o aparte a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Marcelino Galo, eu queria parabenizar V.Ex^a por seu pronunciamento, a defesa que V.Ex^a faz da Engenharia é extremamente importante neste momento, lembrando, inclusive, que os técnicos que coordenam, que são responsáveis por essas grandes obras no mundo inteiro são brasileiros e, na maioria das vezes, baianos que circulam por diversos países comandando obras e coordenando equipes, mostrando a competência e a qualidade de nossos profissionais.

Quero também aproveitar para parabenizar a deputada Ivana Bastos pela iniciativa. Eu tive o privilégio de ter o professor Vasco Neto como paraninfo da minha turma de Engenharia, em meados de agosto de 73. E ele nos disse no dia da formatura, deputado, como paraninfo, que era necessário que os engenheiros lembrassem que a política era importante para que eles estivessem presentes. Isso foi um caminho naquele momento, uma expectativa para a nossa vida.

Portanto eu quero me associar a V. Ex^a pelo pronunciamento e parabenizar a deputada Ivana Bastos pela iniciativa de oferecer essa medalha *in memoriam* ao professor Vasco Neto.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço e peço que o aparte de V.Ex^a seja incorporado ao nosso pronunciamento.

Quero dizer que vamos radicalizar nas investigações. Temos que prosseguir

apurando, principalmente a Lava-Jato e todos os atos criminosos cometidos. Mas vamos aqui garantir, proteger e continuar defendendo esse patrimônio da sociedade brasileira, que é a engenharia nacional, nossos engenheiros e nossos técnicos, porque foi com muito sacrifício que a sociedade brasileira conseguiu construir isso.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador e nem pela aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Não há encaminhamento.

Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, hoje, tivemos uma tarde na qual discutimos diversos assuntos. Quero solicitar a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum de votação para que tenhamos parlamentares suficientes para entrarmos no processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Sandro Régis.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, entendendo a importância desse projeto e para atender a essa solicitação tão gentil do deputado Sandro Régis, eu quero que V.Ex^a, por gentileza, utilize o tempo regimental e chame nominalmente os nossos queridos deputados e deputadas que se fazem presentes nas Galerias, nos gabinetes, no cafezinho, pois há um pedido de verificação quórum de votação, feito pelo deputado Sandro Régis, para que possamos votar com a Casa cheia esse projeto tão importante para a nossa querida Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Zere-se o painel. Marquem-se os 25 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram votar o Projeto de Lei nº 21.820/2016, de procedência do Poder Executivo, marquem as presenças.

(Procede-se à verificação de quórum.)

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, só pra fazer uma comunicação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, queria comunicar a esta Casa que parabeno o Partido Republicano Brasileiro e o PSL, que foram unânimes - unânimes! - na votação do *impeachment* no último domingo.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. Zó:- Presidente, eu queria aproveitar também e parabenizar o PCdoB, o PSOL e o PT, que igualmente foram unânimes na votação do não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tá bom.

A Sr^a Ivana Bastos:- Presidente, o PSD da Bahia também. Ou melhor, a Bancada do governador foi unânime na votação.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o PSDB também foi unânime.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O PSDB vai ser unânime também na CPMF? (Risos.)

Já há quórum. Vou colocar em votação.

O deputado Zé Neto recomenda sim ao projeto do governo. E o deputado Sandro Régis recomenda não.

Em votação. O deputado Zé Neto recomenda sim. O deputado Sandro Régis recomenda não.

Não saiam, não, por favor. Há ainda quatro requerimentos de urgência a serem votados.

(Continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

Resultado: Sim, 30; não, 12. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.820/2016

Altera a Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes inclusões e alteração:

“**Art. 7º** -

.....

§ 2º -

.....

IV - 100% (cem por cento) do produto da arrecadação proveniente da utilização da faixa de domínio das rodovias estaduais e das respectivas ações de fiscalização;

V - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação proveniente das penalidades aplicadas pelo órgão executivo rodoviário do Estado

da Bahia, conforme disposto no art. 21 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

VI - valores provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

VII - transferências do Estado, relativas a 30% (trinta por cento) do produto da receita das taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei nº 6.417, de 31 de agosto de 1992;

VIII - valores provenientes das outorgas de concessões e permissões de infraestrutura e serviços de transporte rodoviário, hidroviário e aeroviário arrecadados pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA;

IX - contribuições de melhoria decorrentes de benefícios advindos a imóveis em razão da execução de obras públicas previstas no *caput* deste artigo;

X - outros recursos a ele destinados.

.....
§ 4º – (Revogado).”

Art. 2º - A Secretaria da Fazenda - SEFAZ efetuará, mensalmente, os depósitos das quantias correspondentes aos recursos previstos no § 2º do art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Art. 4º - Fica revogado o § 4º do art. 7º da Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro, farei uma proposta... (Pausa)

Deputados, farei uma proposta. Há aqui 4 requerimentos de urgência: do tenente-coronel Anselmo Brandão; do Sr. Kabengele Munanga; de Maria de Lourdes Siqueira... Só esses.

Deputado Líder da Oposição, vou fazer uma proposta: terça-feira votamos 6 da base do governo e 4 da Oposição, incluindo estes 4 aqui.

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É proporcional. Eles têm 41 e vocês 21. São 4 e mais 2; e 4 de vocês.

O Sr. Sandro Régis:- Posso fazer uma proposta?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode fazer a proposta.

O Sr. Sandro Régis:- Hoje não vota nada, e terça-feira vota...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, o compromisso...

O Sr. Sandro Régis:- (...) mais 2 desses...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, vota o projeto.

O Sr. Sandro Régis:- Pode ser na quarta?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quarta, de amanhã a 8?

O Sr. Sandro Régis:- É.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A gente sempre vota às terças-feiras.

O Sr. Sandro Régis:- Proponho na quarta porque tem um deputado que estará viajando, só chegará na terça.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem?

O Sr. Sandro Régis:- Proponho quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- De amanhã a 8?

O Sr. Sandro Régis:- É. Prisco estará viajando, e tem o Título do bombeiro que ele pediu em Barreiras.

O Sr. Soldado Prisco:- Estarei em Brasília nos dias 26 e 27. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fecharam aqui um acordo: 6 da base do governo, sendo esses 4... Para votar o projeto...

Deputados Zé Neto e Sandro, estou informando com antecedência, quais serão, para amanhã eu mandar aos 63 deputados: 6 do governo, 4 da Oposição e 1 da Mesa. Repito: 6 do governo, 4 da Oposição e 1 da Mesa. O.k.? Batido o martelo? Fechado o acordo?

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.